

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO**  
**ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**ELIAKIM ALVES BARBOSA**

**VICE-PRESIDENTES:**

PROTAGONISTAS NA HISTÓRIA, COADJUVANTES NA CIÊNCIA POLÍTICA  
NACIONAL

**GUARULHOS**

**2018**

**ELIAKIM ALVES BARBOSA**

**VICE-PRESIDENTES:**

**PROTAGONISTAS NA HISTÓRIA, COADJUVANTES NA CIÊNCIA  
POLÍTICA NACIONAL**

Monografia apresentada à Escola de Filosofia,  
Letras e Ciências Humanas da Universidade Fe-  
deral de São Paulo, como requisito parcial para a  
obtenção do título de Bacharel em Ciências  
Sociais.

**Área de concentração:** Ciência Política

**Orientador:** Prof. Dr. Rogerio Schlegel

.

**GUARULHOS**

**2018**

## UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO – UNIFESP

Na qualidade de titular dos direitos autorais do trabalho citado, em consonância com a lei de direitos autorais nº 9610/98, autorizo a publicação livre e gratuita no repositório institucional da UNIFESP, sem qualquer ressarcimento dos direitos autorais, para leitura, impressão e/ou download em meio eletrônico desse trabalho para fins de divulgação intelectual da instituição.

BARBOSA, A. Eliakim.

Vice-presidentes: protagonistas na história, coadjuvantes na ciência política nacional / Eliakim Alves Barbosa. – São Paulo, 2018.  
100 f.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciências Sociais)  
Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, 2018.

Orientador: Rogério Schlegel.

Título em inglês: Vice presidents: protagonists in history, supporting in national political science.

1. Vice-presidente. 2. Ciência Política. 3. Instituições. 4. Revisão sistemática. I. Schlegel, Rogério. II. Vice-presidentes: protagonistas na história, coadjuvantes na ciência política nacional.

**ELIAKIM ALVES BARBOSA**

**VICE-PRESIDENTES:**

**PROTAGONISTAS NA HISTÓRIA, COADJUVANTES NA CIÊNCIA POLÍTICA  
NACIONAL**

Monografia apresentada à Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Prof. Dr. Rogério Schlegel

Universidade Federal de São Paulo

---

Prof. Dr. Antonio Sergio Carvalho Rocha

Universidade Federal de São Paulo

Aos meus pais, Wilson M. Barbosa e Ana A. Barbosa, por sempre lutarem ao meu lado, compreendendo e acreditando em minha capacidade, antes mesmo que eu assim fizesse.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus em primeiro lugar, por dotar-me de vida e das qualidades necessárias à conquista de meus objetivos. Aos meus familiares, por se orgulharem de quem sou e do que busco. Aos amigos da FUNDAÇÃO SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados), Bianca Lombarde, Milla Carolina, Sibelle Mattos, Rani Beatriz e Fábio Barcellos, por toda atenção e zelo comigo e meus interesses durante o período de estágio, momento no qual pude vislumbrar novos horizontes. Aos amigos, Robson Luiz, por seu interesse em acompanhar o esforço empreendido neste trabalho, e o historiador Lucas Felipe, por sua preocupação e apoio durante as revisões feitas em cada uma das etapas elaboradas. Em especial agradeço imensamente ao professor orientador, Dr. Rogerio Schlegel, principal idealizador deste estudo, por sua profunda compreensão e tratamento expressivamente humano, lançados a mim. Certamente sem sua presença tal produção não seria possível, uma vez que eu não daria novo crédito ao meu esforço acadêmico pessoal. Finalmente meus agradecimentos a Desyrre Cristina que me apresentou a UNIFESP e a todos aqueles que direta ou indiretamente influenciaram e torceram para que este esforço valesse a pena. Vocês são extremamente importantes para mim.

“A política, tal como foi concebida pelos antigos, consistia unicamente nisto: a tendência natural dos homens e suas obras é a de degenerar; mas é possível neutralizar essa tendência por tempo indeterminado por meio de boas instituições virtuosamente administradas” (MILL, 1981: 17).

## RESUMO

Este trabalho propõe a realização de uma revisão sistemática da literatura brasileira na área de ciência política, levantando estudos que discorrem sobre aspectos fundamentais da vice-presidência da República no contexto brasileiro, como, por exemplo, o papel do vice-presidente. Tal esforço é necessário para mensurar a profundidade e magnitude da produção acadêmica sobre o tema, fato que revelará a relevância institucional da vice-presidência para os cientistas políticos brasileiros. A hipótese apresentada, como exposto no título, é a de que o vice-presidente, singularmente o brasileiro, pode ser tomado a partir de duas naturezas distintas ocasionadas em razão de sua atuação histórica e da percepção de nossos cientistas políticos. De forma clara, acredita-se que o vice possa ser compreendido como protagonista em episódios históricos de grande expressividade – fato demonstrado a partir da exposição das vezes em que, no Brasil, interrupções nos mandatos presidenciais fizeram com que a presidência da República fosse passada aos vice-presidentes, cuja atribuição principal é exatamente suceder e/ou substituir os presidentes nos casos de vaga. Todavia, tal protagonismo parece não ser perceptível entre os cientistas políticos, considerando a falta de estudos na área que se ocupem do tema. Para eles o vice parece atuar no cenário político apenas como figura coadjuvante. Por fim, a discussão realizada no último capítulo aprofunda fatos ainda não questionados e questões ainda não resolvidas sobre a lógica de funcionamento desta instituição utilizando-se da abordagem institucionalista – referencial teórico adotado.

Palavras-Chave: Vice-presidente. Instituição. Ciência Política. Revisão-sistemática.



## **ABSTRACT**

*This work proposes a systematic review of the Brazilian literature in the area of political science, raising studies that discuss the fundamental aspects of the vice presidency of the Republic in the Brazilian context, such as the role of the vice president. This effort is necessary to measure the depth and magnitude of academic production on the subject, which will reveal the institutional relevance of the vice president for Brazilian political scientists. The hypothesis presented here, as shown in the title, is that the vice president, in particular the Brazilian one, can be taken from two distinct natures occasioned by their historical performance and the perception of our political scientists. Clearly, it is believed that the vice president can be understood as a protagonist in historical episodes of great expressiveness - a fact demonstrated from the times when, in Brazil, interruptions in the presidential mandates made the president of the Republic pass to the vice presidents, whose main attribution is exactly to come about and / or replacing the presidents in cases of vacancy. However, such prominence does not appear to be perceptible among political scientists, considering the lack of studies in the area that deal with the topic. For them the vice president seems to act in the political scene only as a supporting figure. Finally, the discussion in the last chapter explores untested facts and unresolved questions about the logic of this institution's operation using the theoretical-institutional approach adopted.*

*Keywords: Vice president. Institutions. Political Science. Sistematic review.*

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Fluxograma da estratégia de busca e seleção dos estudos.....	50
Figura 2 – Fluxograma da classificação das ocorrências do termo pesquisado.....	52

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Primeiro grupo: estudos que mencionam o termo entre uma e cinco vezes.....	54
Quadro 2 – Segundo grupo: estudos que mencionam o termo buscado entre seis e dez vezes.....	61
Quadro 3 - Terceiro grupo: estudos que mencionam o termo buscado mais de dez vezes.....	65

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI-1	Ato Institucional nº 1 de abril de 1964
AI-5	Ato Institucional nº 5 de dezembro de 1968
AI-12	Ato Institucional nº 12 de agosto de 1969
AI-16	Ato Institucional nº 16 de 14 de outubro de 1969
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BIREME	Centro Latino e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CF	Constituição Federal
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FINEP	Financiadora de Estudos e Pesquisas
GA	Google Acadêmico
HGPE	Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
MBE	Medicina Baseada em Evidências
MEC	Ministério da Educação
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PR	Partido da República
PRP	Partido Republicano Paulista
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSP	Partido Social Progressista

PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PV	Partido Verde
SCIELO	Scientific Eletronic Library Online
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDN	União Democrática Nacional
UNE	União Nacional dos Estudantes

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2. O VICE-PRESIDENTE NO CONTEXTO BRASILEIRO .....</b>	<b>16</b>
2.1. Floriano Peixoto: o consolidador da República.....	17
2.2. Nilo Peçanha: o primeiro presidente negro .....	19
2.3. Delfim Moreira: nove meses de governo .....	22
2.4. Café Filho: o acertado vice de Vargas .....	23
2.5. João Goulart: o herdeiro de Vargas.....	27
2.6. Pedro Aleixo: o civil impedido .....	31
2.7. José Sarney: o representante da antiga política .....	33
2.8. Itamar Franco: o presidente que surpreendeu o país.....	36
2.9. Michel Temer: o “vice decorativo” .....	39
<b>3. O VICE-PRESIDENTE NOS PERIÓDICOS DE CIÊNCIA POLÍTICA .....</b>	<b>43</b>
3.1. Materiais e métodos .....	43
3.1.1. Estratégia de Busca e seleção dos estudos .....	44
3.1.2. Critérios de inclusão e exclusão.....	47
3.1.3. Análise e interpretação dos dados.....	47
3.2. Resultados da busca.....	48
3.3. Considerações sobre os achados.....	66
<b>4. PROTAGONISTAS NA HISTÓRIA, COADJUVANTES NA CIÊNCIA POLÍTICA NACIONAL.....</b>	<b>67</b>
1.1. Conclusão .....	72
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>75</b>
<b>Apêndice A – .....</b>	<b>81</b>
<b>Apêndice B – .....</b>	<b>82</b>
<b>Apêndice C – .....</b>	<b>83</b>
<b>Apêndice D – .....</b>	<b>84</b>
<b>Apêndice E – .....</b>	<b>85</b>
<b>Apêndice F – .....</b>	<b>86</b>
<b>Apêndice G – .....</b>	<b>91</b>
<b>Anexo A – .....</b>	<b>97</b>
<b>Anexo B – .....</b>	<b>98</b>

**Anexo C – ..... 99**  
**Anexo D – ..... 100**

## 1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal (CF) que dispõe sobre as normas jurídicas de ordenação do Estado define o Brasil como República Federativa, formada pela União indissolúvel entre os Estados, Municípios e Distrito Federal. Dela fazem parte, de forma independente entre si os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário (BRASIL, 1988), que, juntos, reúnem os postos mais altos da nossa organização política. Neste estudo pretendo abordar a relevância institucional da vice-presidência da República, e mais especificamente do papel do vice-presidente brasileiro, por considerá-lo membro de uma instância de grande expressão, o Poder Executivo. Pois é ele que em todos os países, exerce diretamente o poder, assim como se aproxima mais da população que é por ele representada. (MILL, 1981). Segundo o cientista político Maurice Duverger, o Executivo pode ser considerado “o centro real do qual emana todo poder nos Estados modernos” (1960 apud FERREIRA, 1974: 33), uma vez que a ele cabe de forma típica, por sua própria natureza, o exercício dos atos da chefia de estado e de governo, entre outros da administração pública estatal. Deste modo, longe de desprezar aspectos gerais dos outros Poderes e do próprio Executivo, proponho a realização de uma revisão sistemática que permita definir o estado da produção acadêmica da ciência política brasileira acerca da relevância de figura tão “obscura”, que ao longo da história aparece junto ao presidente no Executivo atuando em ocasiões problemáticas – o vice-presidente da República.

No Brasil o vice-presidente ocupa um posto muito importante, pois a existência de sua figura, segundo o art. 79 da CF de 1988, deve-se principalmente ao fato de ele ser o primeiro a substituir e/ou suceder<sup>1</sup> o presidente que ocasionalmente se encontrar afastado ou impedido de continuar seu mandato. Contudo, esta não é a única de suas atribuições. Compete ao vice-presidente – de acordo com o parágrafo

---

<sup>1</sup> Sobre a linha sucessória do Presidente da República: em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, determina a Constituição que sejam respectivamente chamados à Presidência da República os presidentes: da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal. **Art. 80. (CF/88).**

único do referido dispositivo acima citado – auxiliar o presidente, prestando serviço em missões especiais sempre que convocado, assim como cumpre ainda outras atribuições que lhe serão conferidas por lei complementar inexistente até o presente momento. Logo, considerando somente suas atribuições jurídico-constitucionais, o vice-presidente pode seguramente ser considerado figura de extrema relevância política para o contexto institucional.

Deve-se considerar também o fato de que a historiografia brasileira revela um número considerável de vezes em que um vice-presidente atuou de forma intensa em seu mandato, indo muito além do que fora pensado para sua principal atribuição constitucional. Em termos históricos, a figura aqui abordada expôs sua relevância à medida que os vice-presidentes brasileiros tornaram-se protagonistas do cenário político em que estiveram inseridos. Influenciando o desenrolar da história brasileira, tanto em momentos de abertura de crises, quanto nos momentos de superação delas. Este fato traz novos elementos que podem ser somados à relevância jurídica da instituição, citada no parágrafo anterior.

Apesar da apresentada relevância histórica e jurídica, a vice-presidência da República, segundo o jurista Paulo Bonavides, tem sido desprezada principalmente no contexto das concepções constitucionais sobre o tema. Segundo ele, “de todas as peças que compõem o sistema presidencial de governo, a Vice-presidência fora até então a parte menos estimada e mais exposta à indiferença da crônica e do comentário constitucional” (BONAVIDES, 2000: 397). De acordo com ele – que aborda rapidamente o assunto discorrendo principalmente sobre esta instância no contexto norte-americano (local de origem do cargo de vice-presidente), a ideia da inutilidade do cargo é antiga. O primeiro vice da história americana, a propósito da forma como os titulares de seu cargo deveriam ser tratados, sugeriu que os chamasse “Sua Excelência, o Supérfluo”. Outro vice-presidente americano que corroborou este constructo foi Theodore Roosevelt, que dizia ser a vice-presidência nada além da quinta roda de uma carruagem (IDEM, 2000).

A Justiça Eleitoral brasileira também apresentou certo descaso com relação ao vice-presidente ao ocultar os candidatos para o cargo das cédulas eleitorais oficiais utilizadas nas eleições majoritárias de 1989 e 1994. Naquelas ocasiões a legisla-



ção era clara<sup>2</sup>. A eleição do presidente importaria diretamente à do vice com ele registrado. Todavia as cédulas apresentavam, tanto no primeiro quanto no segundo turno, apenas os nomes dos candidatos à presidência, não mencionando quem seriam os candidatos a vice registrados com cada um deles. Tal situação era muito distinta da ocorrida na eleição majoritária de 1955, na qual as cédulas apresentavam nomes de ambos os candidatos em virtude dos votos distintos que elegiam separadamente o presidente e o vice<sup>3</sup>.

Segundo minha hipótese, tal desprezo não ocorre apenas entre aqueles que participam do processo político, membros do governo, ou entre intelectuais das mais diversas áreas, mas principalmente entre os pesquisadores da ciência política nacional, que parecem não eleger com frequência o “vice-presidente” como tema em suas discussões. Em um levantamento preliminar, podem ser encontrados trabalhos acadêmicos que discorrem muito brevemente sobre a vice-presidência no contexto brasileiro, assim como encontramos também algumas biografias dos vices que tivemos ao longo da história, escritas por pesquisadores respeitados no campo. Porém, tal conhecimento está – ao que tudo indica – concentrado em outras áreas, que não a ciência política. Longe de criticar tais abordagens, a proposta deste estudo é compreender qual a contribuição da ciência política brasileira para a construção do conhecimento científico sobre o tema aqui abordado.

Embora tenha havido um grande número de vices que – mesmo não tomando posse da presidência da República – atuaram ativamente no governo brasileiro junto aos presidentes com os quais cumpriam mandato, ocupar-me-ei da tentativa de demonstrar a relevância da vice-presidência, apresentando implicações históricas da existência do vice nos casos em que ocorreram substituições ou sucessões presidenciais em virtude do cumprimento das normas constitucionais vigentes. Destarte pretendo como primeiro passo, nos limites deste trabalho, lembrar desde a fundação da Primeira República, em 1891, até o presente momento, 2018, caso a caso, os episódios em que obedecendo às normas constitucionais de sucessão presiden-

---

<sup>2</sup> Para saber mais sobre a eleição majoritária após promulgação da CF/88, ver apêndice E.

<sup>3</sup> Imagens das cédulas utilizadas nas eleições majoritárias de 1955, 1989 e 1994 encontram-se respectivamente dispostas nos anexos A, B e C.

cial um vice chegou ou deveria ter chegado à presidência da República. Posto mais importante do Executivo Federal.

Em seguida, a proposta será mensurar a magnitude e profundidade da produção acadêmica da ciência política nacional sobre a vice-presidência a partir de um levantamento exploratório, que não pretende esgotar as fontes de pesquisa, realizado por meio de uma revisão sistemática de estudos levantados em três grandes bancos eletrônicos de dados bibliográficos: a *Scientific Eletronic Library Online* (SCIELO); o Portal de Periódicos da CAPES e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Tal revisão permitirá concluir se a relevância institucional do papel do vice, tal como será demonstrada a partir da breve descrição de seu protagonismo em passagens críticas de nossa história, é ou não negligenciada por nossos cientistas políticos.

## 2. O VICE-PRESIDENTE NO CONTEXTO BRASILEIRO

Em discurso no Congresso Nacional durante a abertura do ano legislativo em 2010, o político José Alencar, do Partido da República (PR) de Minas Gerais, creditou o seu mandato como vice-presidente ao Presidente Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). Com suas palavras afirmou que o eleitor, em verdade, vota no candidato a presidente sem perceber ou considerar o candidato a vice (Folha de S. Paulo, 2010). O discurso de Alencar sintetiza a ideia de que os candidatos à vice-presidência pareçam passar despercebidos entre os eleitores, uma vez que estes desconhecem características fundamentais intrínsecas à vice-presidência da República, como quais papéis são desempenhados por um vice-presidente em exercício.

A ideia do então vice-presidente José Alencar pode ser informalmente endossada por uma pesquisa de opinião<sup>4</sup> realizada no Brasil três meses antes da eleição presidencial de 2010. Tal pesquisa permite supor que a maioria dos eleitores não é capaz de indicar quem são os candidatos que concorrem à vice-presidência. Durante a pesquisa foi constatado entre mais de 90% dos entrevistados o desconhecimento sobre quem eram os candidatos à vice que concorriam naquele momento ao lado de Dilma Rousseff (PT), José Serra, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e Marina Silva, do Partido Verde (PV) (Folha de S. Paulo, 2010).

Como pode ser observado, o fato de que os eleitores desconheçam características fundamentais da vice-presidência, como quais são os candidatos concorrentes em determinado pleito, permeia o cenário político, tanto do ponto de vista dos eleitores representados, quanto do ponto de vista dos parlamentares que os representam. Segundo minha hipótese, além de permear o imaginário de eleitores e parlamentares, este posicionamento encontra-se, ainda que de forma diferente, muito marcadamente no campo de estudo que com maior afinco deveria atentar para as especificidades da vice-presidência, principalmente as que dizem respeito ao papel do vice-presidente da República – a ciência política.

---

<sup>4</sup> Pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha nos dias 30 de junho e 1º de julho de 2010 com 2.658 eleitores em 163 municípios, registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o nº 17163/2010; a margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos.

A relevância do vice-presidente nasceu junto com o cargo e com a própria República brasileira, como se verá na próxima seção, que recupera episódios históricos para ilustrar a importância desse ator político no Brasil.

### 2.1. Floriano Peixoto: o consolidador da República<sup>5</sup>

Em 24 de fevereiro de 1891, a primeira Constituição promulgada no Brasil tornou-se uma República Federativa Liberal. O novo regime consolidou-se apesar das inúmeras divergências entre os grupos que disputavam o poder entre si após a queda do Império (FAUSTO, 1995). Naquele contexto, e de acordo com o propósito deste trabalho, duas figuras políticas ganham posição de destaque, por ocuparem pela primeira vez na história a presidência e a vice-presidência da República.

Por liderar o Golpe de Estado que derrubou a monarquia, o Marechal Manuel Deodoro da Fonseca assumiu o Governo Provisório brasileiro no final de 1889. Em seguida, foram tomadas as providências para a convocação da Assembleia Nacional Constituinte que discutiu e promulgou a primeira constituição republicana. Esta veio para alívio dos partidários da república liberal, que observavam com desconfiança o comando de Deodoro durante o período de prolongada ditadura preconizado por setores militares, em função do positivismo que os influenciava e que tinha como objetivo declarado dar bom seguimento à transição para o novo sistema de governo.

Seguindo os ideais republicanos, o novo regime surgiu na forma presidencialista, baseado no princípio da divisão dos poderes. Após a promulgação do novo texto constitucional, eis que Deodoro da Fonseca, até o momento chefe do governo provisório, torna-se o primeiro presidente da república, em 25 de fevereiro de 1891 (SCHWARCZ; STARLING, 2015) abrindo o primeiro período de governo republicano. Na mesma eleição, o Marechal Floriano Vieira Peixoto, alinhado aos setores antiescravistas do Exército, torna-se vice-presidente. Embora membros de um mesmo setor, presidente e vice encarnavam visões diferentes por meio de seus partidários. Em torno de Deodoro concentravam-se os oficiais distantes das influências do posi-

---

<sup>5</sup> Termo extraído da obra, *Marechal Floriano, o consolidador da República Brasileira: comemoração ao V ano da sua morte*, Xavier Pinheiro, 1900. Acesso em 18 abr. 2018.

tivismo, que em geral possuíam visão rasa sobre a república a ser construída. Muitos deles nem chegaram a frequentar a Escola Militar. Seus objetivos durante a deposição da monarquia eram reduzidos basicamente à defesa da honra do Exército e à valorização de seu papel. Já em torno de Floriano concentravam-se os oficiais mais jovens, “filhos da Escola Militar” e adeptos das ideias positivistas. A visão que possuíam sobre a república e sobre o papel que os militares deveriam desempenhar em seu interior era clara: assegurar o rumo do país garantindo ordem e progresso (FAUSTO, 1995).

Este desencontro de posições políticas entre os apoiadores do presidente e do vice ocorreu em virtude das Disposições Transitórias da CF de 1891<sup>6</sup>. Embora o texto apresentasse o sufrágio nacional para as próximas eleições presidenciais, estabelecia excepcionalmente naquele momento que o Congresso reunido em Assembleia Geral elege-se em dois escrutínios distintos o presidente e o vice-presidente dos Estados Unidos do Brasil, ou seja, votando separadamente nos candidatos para cada posto. Naquela ocasião Deodoro concorria à presidência pelo Partido Conservador, já Floriano concorria à vice-presidência pelo Partido Republicano Paulista (PRP), em uma chapa de oposição formada por ele e Prudente de Moraes. Deve-se ressaltar ainda que, ao eleger-se como vice, Floriano recebeu mais votos que o próprio candidato a presidente.

Os planos de governo de Deodoro contrariavam os interesses das elites econômicas da época e não puderam ser executados com êxito, uma vez que dependiam do apoio do Congresso e da unidade das Forças Armadas, o que não ocorria (FAUSTO, 1995). A este impasse somava-se a forte reação ao seu autoritarismo levantada por civis, setores dissidentes da Marinha e os partidários de seu vice-presidente, os florianistas<sup>7</sup>. Por pressão de seu partido, Floriano colocou-se a participar da conspiração criada para conter o provável golpe que seria dado por Deodoro. Com aproximadamente nove meses de governo, cedendo à pressão de seus opositores e diante da falta de apoio que lhe acometia, Deodoro renuncia ao cargo

---

<sup>6</sup> Sobre as regras constitucionais que tratam especificamente do vice-presidente da República no contexto em que vigorava a Constituição Federal de 1891, ver apêndice A.

<sup>7</sup> A qualificação, também associada ao termo *jacobinismo*, se refere ao movimento republicano que apoiou Floriano Peixoto, formado por membros da baixa classe média, operários e alguns militares atingidos pelas crises da Primeira República (FAUSTO, 1995; SCHWARCZ; STARLING, 2015).

de Presidente da República em 23 de novembro de 1891, passando-o a seu vice, Floriano Peixoto.

Também nascia nesse episódio fundador o desrespeito às regras do jogo institucional, que marcaria várias sucessões da vida republicana. O texto constitucional era claro: se a vaga nos cargos de presidente ou vice-presidente ocorresse antes de ser finalizado o segundo ano de mandato, novas eleições deveriam ser convocadas. Todavia Floriano optou por manter-se no governo, reprimindo a oposição que lhe surgiu, governando o país com firmeza por meio do estado de sítio. Seus feitos lhe renderam o qualificativo de *Marechal de Ferro* e sua permanência como presidente possibilitou o surgimento e fortalecimento do primeiro movimento político que possuía como centro a figura de um líder capaz de comandá-lo (SCHWARCZ; STARLING, 2015). O endosso a este “jeitinho institucional” veio de seus contemporâneos:

O Marechal Floriano Peixoto, gravando o seu nome na historia, deixa firmado em amplas bases o programma republicano. Elle resistio, quanto lhe era possivel, ás pretenções da diplomacia européa ; atacou mortalmente a politica colonial e tornou saliente o sentimento da unidade nacional. Possam os seus sucessores manter as linhas geraes dessa política, - a única que convém ao engrandecimento do Brasil. (JUNIOR, apud PINHEIRO, 1900: 41).

Com aproximadamente dois anos e onze meses de mandato presidencial, coube a Floriano Peixoto perenizar a República brasileira por meio de esforços estratégicos que lhe custaram muita energia. Percebe-se aqui a relevância do vice-presidente em sua primeira atuação na história política. Floriano, que não somente substituiu o presidente no cargo, como também, é bom lembrar, influenciou os processos que tiveram por desfecho sua renúncia, visando garantir a sobrevivência dos ideais republicanos, concluiu seu mandato estabelecendo muitas vezes acordos inesperados, que lhe rendiam apoio para enfrentar as crises e outras instabilidades econômicas, marcando os momentos iniciais da Primeira República (1889-1930).

## 2.2. Nilo Peçanha: o primeiro presidente negro

Em 1905 fora a vez de Afonso Augusto Moreira Pena ser eleito presidente da República pelo Congresso Nacional em uma coligação que reunia quatro importan-

tes estados do sul e sudeste brasileiro: Minas Gerais; Rio Grande do Sul; Bahia e Rio de Janeiro. Natural de Minas Gerais, Pena teve acesso a uma excelente educação. Ainda jovem graduou-se em direito e atuou como advogado até o momento em que se lançou à carreira política. Nela atuou ativamente durante o Império defendendo princípios abolicionistas e preconizando os interesses monarquistas mediante o despreparo da nação brasileira para conviver e atuar no novo regime, o republicano. Segundo ele, a educação da nação era insuficiente para tal feito. Todavia, seu posicionamento político não o impediu de aceitar convite do Partido Republicano Mineiro – partido no qual atuou como espécie de apaziguador político – para candidatar-se a senador constituinte estadual. Uma ideia muito forte apresentada em suas políticas fora a predileção por competências individuais em detrimento dos favorecimentos pessoais para a nomeação dos servidores do Estado. Pena lutou inclusive para que os membros do judiciário brasileiro deixassem de ser nomeados segundo critérios de favorecimento pessoal e passassem a sê-los por nomeação, mediante aprovação em concurso público.

Afonso Pena chegou a ser vice-presidente da república antes de chegar efetivamente à presidência, quando substituiu o vice de Rodrigues Alves, Silviano Brandão, que faleceu antes da posse. Um forte traço na personalidade de Afonso Pena era sua dinâmica sempre conciliadora. Ele mesmo se dizia acima dos desencontros políticos e com esta marca governou o país ao longo de seu mandato com posições bem mais intervencionistas e afastadas dos ideais liberais conservadores que o moveram durante a juventude. Por ocasião de seu falecimento, a presidência da República foi entregue a Nilo Peçanha, seu vice (CÔRTE; FERREIRA; PINTO, 2010)<sup>8</sup>.

Nilo Procópio Peçanha, natural do Rio de Janeiro, também atuava por causas abolicionistas, mas ao contrário de Afonso Pena preconizava os interesses republicanos desde os momentos iniciais de sua carreira política. Também notório, ele foi considerado peça chave por muitas vezes nas políticas de seu estado, nas quais atuou articulando cenários contando inclusive com o apoio de Campos Sales, quando este era presidente da República. Fato que aproximou Nilo Peçanha do cenário

---

<sup>8</sup> Ressalto que assim como o último episódio exposto, sobre Floriano Peixoto, o presente caso, Nilo Peçanha e o seguinte, Delfim Moreira, ocorreram durante a vigência da CF de 1891. Repito. Para ver mais sobre as regras constitucionais que ordenavam as eleições presidenciais no período, ver apêndice A.

político nacional, no qual conquistou bom posicionamento por tais iniciativas, permitindo que ele alcançasse êxito por meio de sua indicação à vaga de vice na chapa do candidato a presidente Afonso Pena (ABREU, 2010).

Após a morte de Pena em junho de 1909, Nilo Peçanha assumiu a presidência da República por 17 meses, completando o período de mandato de seu antecessor. Neste curto momento criou o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, para cristalizar suas ideias de modernização do país a partir da busca por outros produtos que influíssem na economia brasileira junto ao café. Entre as políticas feitas na mesma linha de pensamento, está o aumento do investimento de capital na indústria, que consequentemente aumentou o número de empresas nacionais, e a criação de Escolas de Aprendizes Artífices, que proporcionavam gratuitamente aos alunos um ensino de caráter técnico que lhes permitissem exercer um ofício ao final do curso (SOARES, 1982).

Embora tenha governado por um período relativamente curto, Nilo Peçanha proporcionou o crescimento de diversos setores de atividade: decretou a reforma dos Correios e Telégrafos, reduziu as taxas postais e construiu 1.556 quilômetros de linhas telegráficas; abriu uma linha de navegação entre o Rio de Janeiro e Lisboa; modernizou o fornecimento de luz elétrica às ruas do Rio de Janeiro, como, em 1905, havia feito em Niterói, reduzindo as taxas para o consumo de energia pelo público. Iniciou também as obras de saneamento da Baixada Fluminense; promoveu a desobstrução e a drenagem de vários rios que desembocam na baía de Guanabara; restaurou o parque da Quinta da Boa Vista; iniciou as obras da lagoa Rodrigo de Freitas e construiu o Sanatório Naval de Friburgo. Criou a Bolsa de Corretores, e ainda em 1909 determinou o pagamento antecipado das dívidas externas (CÔRTE; FERREIRA; PINTO, 2010: 5).

Tido como primeiro afrodescendente a tomar posse como presidente da República<sup>9</sup>, Nilo Peçanha fez uso do pouco tempo em que esteve em posse da presidência para realizar tudo aquilo que, segundo sua visão, faria desenvolver os diversos setores do país e principalmente o econômico, conquistando dessa forma um pouco mais de independência para o país naquele contexto (IDEM, 2010).

---

<sup>9</sup> Sobre este assunto, ver mais em: Nilo Peçanha. História e Memória. Museu Afro Brasil. Disponível em: <<http://www.museuafrobrasil.org.br/pesquisa/hist%C3%B3ria-e-mem%C3%B3ria/historia-e-memoria/2014/07/17/nilo-pe%C3%A7anha>>. Acesso em 24 abr. 2018.



### 2.3. Delfim Moreira: nove meses de governo

Em 1918 foi a vez de Francisco de Paula Rodrigues Alves ser eleito novamente ao cargo de presidente da República. Este seria o seu segundo mandato presidencial<sup>10</sup>. Rodrigues Alves também se formou em direito antes de se lançar à carreira política e, a exemplo de seus contemporâneos, construiu uma brilhante trajetória enquanto político de seu estado natal, São Paulo. Em seu primeiro mandato como presidente da República, Rodrigues Alves governou com ideais reformistas e teve que enfrentar alguns momentos de instabilidade, como a revolta da vacina, iniciada após a campanha obrigatória de vacinação liderada pelo médico sanitarista Osvaldo Cruz. Este fato despertou forte reação da população diante da violência utilizada pelos agentes sanitários, que vacinavam à força as pessoas, mesmo que para isso fosse preciso invadir suas casas. Após tal episódio, Rodrigues Alves revogou a lei que permitia a vacinação obrigatória e fez uso das forças nacionais para colocar ordem nos tumultos que haviam se levantado na cidade do Rio de Janeiro, capital do país naquele momento. Outra crise enfrentada em seu governo fora a econômica, surgida a partir da queda dos preços do café, principal produto de exportação do país, devido à sua superprodução. A forma como Rodrigues Alves enfrentou esta crise econômica, contrariando interesses regionais inclusive de seu próprio estado, mostra como ele manteve o seu compromisso com o interesse geral do país, colocando-o acima dos interesses e favorecimentos regionais e pessoais.

Embora novamente eleito em 1918, Rodrigues Alves não chegou a tomar posse como presidente da República, em virtude da epidemia de gripe espanhola que atingia o país e que o atingiu. Em seu lugar assumiu Delfim Moreira da Costa Ribeiro, seu vice-presidente. O vice tinha sido pensado para ser a figura chave que amenizaria divergências entre os setores políticos que reagiam negativamente à indicação de Rodrigues Alves para a presidência da República. Durante o período em que esteve na presidência da República, Delfim mantinha profundo contato com Rodrigues Alves, que embora debilitado e impossibilitado de assumir a presidência discutia

---

<sup>10</sup> O primeiro período fora realizado durante os anos de 1902 a 1906.

com ele assuntos relacionados aos novos passos a serem dados para o andamento do governo no país. Deste modo, mesmo no curto período em que esteve na presidência da República, Delfim pôde executar medidas que dessem continuidade às reformas iniciadas no primeiro período de mandato presidencial por Rodrigues Alves.

Delfim Moreira presidiu o país por cerca de nove meses. Todavia, em virtude de doença precoce que o acometeu durante o período, delegou boa parte de suas funções ao seu ministro da Viação, Afrânio de Melo Franco. Várias greves gerais estouravam constantemente na capital federal (Rio de Janeiro) e também na cidade de Niterói, no curto período em que Delfim governou o país. Para controlá-las, abusava-se do aparato repressivo do Estado. Isto ocorria, pois naquele contexto a situação da capital federal ainda era precária, além disso, o país passava por um momento de carestia também enfrentado por ele com firmeza. Entre as realizações feitas em seu curto governo estão: as políticas de aumento da união somadas à redução dos gastos públicos, consideradas essenciais e prioritárias; a aprovação da lei que regulava as indenizações pagas aos operários por acidentes de trabalho e importantes alterações no primeiro código civil brasileiro escrito e promulgado em 1916, mas que ainda naquele momento carecia de vários ajustes. Após o falecimento de Rodrigues Alves, e de acordo com o texto constitucional vigente, foi convocada nova eleição majoritária e Delfim Moreira precisou deixar o posto de presidente interino, entregando a presidência da República para o eleito, Epitácio Pessoa (VISCARDI, 2010).

Encerro aqui a exposição dos vice-presidentes que alcançaram a chefia do Executivo durante a Primeira República.

#### 2.4. Café Filho: o acertado vice de Vargas

Em 31 de janeiro de 1951, Getúlio Dornelles Vargas retorna ao poder no décimo quinto período de governo republicano como presidente da República, desta vez através do voto popular. Em 1945, ele havia sido deposto por militares, que puseram fim ao regime autoritário conhecido como Estado Novo a pretexto de redemocratizar o país. Sua vitória nas eleições de 1950 deu-se principalmente a partir da união en-

tre o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sob seu próprio comando e organização, e o Partido Social Progressista (PSP), sob o comando de Ademar de Barros, considerado à época poderosa máquina eleitoral. Como pode ser observado, Vargas estabeleceu alianças com seus concorrentes para conseguir apoio entre membros do Partido Social Democrático (PSD) e, em medida muito menor, da União Democrática Nacional (UDN), sua principal adversária.

Em troca de sustentação eleitoral, Vargas oferecia aos apoiadores a possibilidade de ter peso e influência em seu governo por meio dos ministérios e de acordo com os votos que cada um acrescentasse à sua campanha. Desse modo, nem todas as decisões partiam dele naquele momento, algumas foram inclusive impostas por aliados. Um bom exemplo fora o candidato à vice-presidência escolhido para compor sua chapa. Vargas, que desejava um antigo aliado como vice – o general Góes Monteiro –, teve suas esperanças frustradas ao ver que o general já havia feito sua escolha de apoiar o PSD e que permaneceria com ela. Como fruto dos acordos que uniram PTB e PSP, Ademar de Barros, o nome mais forte entre os apoiadores de Vargas, cobrando dele o justo retorno por seu considerável apoio, julgou-se no direito de indicar o nome daquele que seria o candidato à vice-presidente na nova chapa. Partindo do pressuposto de que o vice deveria ser escolhido entre políticos do PSP e após refletir sobre qual seria sua melhor opção, Ademar praticamente impôs o nome de João Café Filho, do PSP do Rio Grande do Norte. Foi também por seu grande apoio que Ademar de Barros pôde influenciar, após a vitória varguista, outras escolhas para postos estratégicos do governo, como a presidência do Banco do Brasil e a escolha do novo ministro da Fazenda (SKIDMORE, 1982).

Durante a campanha, Vargas demonstrou-se preocupado com a possível objeção dos militares ante a escolha de Café Filho como candidato a vice. Embora ele fosse muito bem avaliado pela imprensa à época, era malvisto entre os setores militares e também perante a igreja, por seguir tendências consideradas “de esquerda” e ter alguma ligação com movimentos religiosos protestantes. Pressionado e com receio de perder o apoio do PSP e com ele parte do eleitorado paulista, Vargas, que ambicionava retornar democraticamente ao governo, cedeu à decisão pragmática de Ademar. Sua relutância, porém, prosseguiu aparente, uma vez que manteve Café Filho recôndito até o ápice de sua campanha, sem sequer mencioná-lo em seus comícios (NETO, 2014).

Indignado por ter-se tornado figura política inconveniente em uma campanha que o ocultava, Café Filho recorreu a Ademar de Barros a fim de que este pudesse intervir no caso. Buscando solucionar a questão, Ademar tratou prontamente de incluí-lo em um dos comícios a que Vargas compareceria, forçando-os a acertarem-se publicamente. Deste modo em 17 de setembro de 1950, unidos no palanque, do qual Ademar fez questão de sair rapidamente evitando presenciar grandes constrangimentos, Getúlio Vargas formalizou publicamente Café Filho como seu candidato a vice-presidente, recomendando-o à população. Após este episódio Café Filho pôde participar da comitiva eleitoral da qual permanecera afastado até então. Todavia, sua participação fora breve em virtude da desconfiança constante apresentada por Vargas, que parecia apenas suportá-lo (IDEM, 2014). Mesmo não tendo a legislação eleitoral a seu favor, pois as regras constitucionais ainda delimitavam dois votos distintos, um para presidente e outro para vice<sup>11</sup>, Café Filho superou as expectativas negativas de Vargas e se elegeu com 175.949 votos a mais do que seu principal concorrente, Odilon Braga, da UDN (KELLER, 2010). Desta vez, presidente e vice-presidente, embora eleitos em dois escrutínios separados, participavam da mesma chapa, fato que provavelmente – ou não – evitaria a ocorrência de inconvenientes partidários como os ocorridos primeiramente entre os apoiadores de Floriano Peixoto e Deodoro da Fonseca.

Depois de eleito, Vargas encontrou um país muito diferente daquele existente no período de seu governo autoritário. Suas ações foram estrategicamente calculadas a fim de unir ao máximo a heterogeneidade das novas dinâmicas e forças políticas de seu entorno. Contava ainda com uma classe média astuta e desconfiada, uma imprensa em boa parte antigetulista e principalmente com as conspirações e ressentimentos de seus antigos adversários. Após longo período de crises e aparente desgaste político, Vargas iniciou em 1953 a reorganização de sua base de governo. Visando com tal ato recuperar parte do crédito perdido diante dos diversos setores que o pressionavam, o presidente realizou a substituição de alguns de seus ministros mais importantes, buscando estabelecer maior apoio entre antigos aliados (SKIDMORE, 1982). Apesar de seus esforços, permaneceu constrangido e perdeu inclusive o apoio de seu vice. Café Filho somou à oposição justificando seu ato a partir da

---

<sup>11</sup> Para saber mais sobre este assunto, ver o apêndice B que apresenta as principais normas da Constituição de 1946.

atitude de Vargas em recusar sua proposta de que ambos renunciassem aos seus cargos no Poder Executivo, o que segundo ele colocaria fim à enorme crise político-institucional que só fazia aumentar (FAUSTO, 1995).

“Se eu fosse presidente, também não aceitaria uma renúncia imposta. Mas a proposta que lhe trago é diferente [...] Reclama-se o seu afastamento e prega-se a minha ascensão. Pois bem. Vamos sacudir a nação com um gesto: fomos eleitos juntos na mesma chapa, renunciemos agora juntos no mesmo destino. Será um fato novo, capaz de cortar a agitação.” (NETO, 2014: 328).

Tendo recebido conselhos do ministro da Justiça, Tancredo Neves, Getúlio atentou para uma possível estratégia conspiradora na proposta feita por seu vice, a quem respondeu dizendo que não faltaria com o dever. Cumpriria seu mandato até o fim e o único fato capaz retirá-lo antes do Palácio do Catete seria a morte. Diante de tal inconveniente, Café Filho rompeu formalmente com o presidente Getúlio Vargas, como exposto no parágrafo anterior, em 23 de agosto de 1954 em discurso diante do Congresso Nacional (SKIDMORE, 1982). Logo, pode ser observado que o fato de presidente e vice-presidente participarem da mesma chapa, em razão das regras eleitorais, não impediu que Café Filho pudesse acrescentar-se à conspiração que assolou Vargas, ainda que por um breve período, fazendo-lhe oposição.

Em pouco tempo a situação tornou-se insustentável, levando Vargas a optar por uma saída extrema. Como última decisão, hoje considerada estratégica, e deixando carta explicativa dos motivos de tal ato, o suicídio cometido pelo presidente ocasionou uma reviravolta em seu contexto político, que dissipou boa parte das vantagens paulatinamente acumuladas por sua oposição. As consequências de sua última decisão podem realmente ser consideradas um divisor de águas no contexto político brasileiro durante a década de 1950. Vale dizer que Lira Neto (2014) afirma que os militares e políticos da UDN precisaram de dez anos para absorver todos impactos reais do suicídio.

Apesar do falecimento ocorrido no mesmo dia, em 24 de agosto de 1954, Café Filho assumiu a presidência da República, prosseguindo com seus compromissos formais logo após o luto oficial estabelecido em todo o Território Nacional (IDEM, 2014). Adepto dos princípios legalistas, Café Filho afirmava que seu governo era estritamente interino, dizia preocupar-se apenas em reestabelecer a famigerada so-

lidez institucional e presidir o pleito que elegeria o seu sucessor (SKIDMORE, 1982). Evitando demonstrar publicamente oposição radical ao falecido presidente, em vista da comoção nacional levantada em ocasião de sua morte, Café Filho tratou da reorganização do governo a partir da criação de um ministério absolutamente novo, que apesar da imagem que suas ações públicas passavam, contava com boa parte da oposição varguista composta por membros da UDN. Café Filho governou o país por 15 meses e ainda teve o fim de seu mandato presidencial marcado por nova reviravolta. Entre outros fatores, seu governo possibilitou a permissão para que fossem realizadas pesquisas sobre petróleo no Rio Grande do Norte e na bacia do Amazonas. Nele também foi decretado o início da comissão que definiria a localização da nova Capital Federal (KELLER, 2010).

Seu governo durou pouco em razão de repouso forçado estabelecido por equipe médica após um ataque cardiovascular. O presidente Café Filho então delegou temporariamente suas atividades ao próximo da linha sucessória constitucional, o presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz. Após suspeitas de conspiração contra os candidatos eleitos em 1955, o Exército interviu outra vez no processo democrático, a fim de garantir sua constitucionalidade, afastando Carlos Luz do gabinete presidencial e impedindo que Café Filho – recuperado de sua licença – a ele retornasse (SKIDMORE, 1982).

## 2.5. João Goulart: o herdeiro de Vargas

Nas eleições presidenciais de 1960, conforme a legislação vigente<sup>12</sup>, presidente e vice – embora pudessem ser apresentados em mesma chapa – continuavam sendo eleitos por dois escrutínios diferentes. Deste modo não venceram candidatos alinhados, mas de posições políticas muito diversas. Cada um deles apoiado por partidos opositores. Para a presidência do décimo sétimo período de governo republica-

---

<sup>12</sup> João Goulart passou por dois momentos críticos em que vigoravam normas constitucionais diferentes. O primeiro, de sua eleição, momento no qual vigorava a Constituição de 46. Para saber mais sobre este assunto, ver apêndice B. Já o segundo momento, durante a tentativa de impedimento de sua posse como presidente, vigoravam as normas constitucionais elaboradas pelo AI-1. Para saber mais sobre este assunto, ver apêndice C.

no venceu Jânio da Silva Quadros, do Partido Trabalhista Nacional (PTN), apoiado por PSD e UDN. Todavia, apesar do apoio, Quadros reivindicava independência diante das possíveis negociações partidárias, de forma a permanecer livre das amarras dos acordos políticos (SKIDMORE, 1982). Para a vice-presidência, venceu João Belchior Marques Goulart, do PTB, apoiado por outros partidos de esquerda de menor influência naquela ocasião. Quando eleito, Goulart tentava a reeleição como vice, tendo cumprido mandato no governo anterior, o de Juscelino Kubitschek. Entre governistas e militares, Goulart era temido por defender as demandas dos movimentos sociais, histórico político que marcara sua carreira desde sua atuação como ministro do Trabalho durante o governo democrático de Vargas.

Governando o Brasil por seus próprios meios e com desacertos consideráveis, Jânio Quadros logo perdeu o crédito que lhe era assegurado, mesmo entre aliados da UDN. Após saturar as bases do governo criticando o Congresso Nacional e a CF, que de seu ponto de vista o impediam de governar o Brasil, ele decide abdicar de seu cargo em 25 de agosto de 1962, menos de sete meses após a posse. Apesar de não ter sido formalmente explicado entre historiadores o ato é interpretado como uma suposta tentativa de golpe, que levantaria comoção nacional, tal qual a causada pelo suicídio de Vargas. No fim do plano, Quadros retornaria triunfante à presidência da República, atendendo ao clamor da população (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Como outra das tentativas infrutíferas do presidente para levar em tranquilidade o governo brasileiro, sua renúncia teve outro resultado. Em vez de causar o seu posterior retorno, a carta com que abdicava do cargo na presidência foi rapidamente aceita pelo Congresso e ninguém se dispôs a defendê-lo. Deste modo Quadros deixou seu gabinete e nunca mais voltou.

Estando vaga a presidência da República e resolvido o conflito entre Quadros e os outros membros parlamentares do governo, saturados com as acusações que lhe faziam o ex-presidente, ministros militares conspiradores<sup>13</sup> puseram-se a estudar alternativas para impedir a posse do vice João Goulart (PTB), que naquele momento visitava a China em missão especial conferida pelo próprio presidente antes de renunciar. Goulart na presidência significava a volta do populismo trabalhista, que na-

---

<sup>13</sup> Este fora outro episódio das intervenções militares no processo democrático ao longo da história política brasileira

aquele momento contaria com pressão e mobilização social maiores do que as encontradas no contexto de Vargas (FAUSTO, 1995). Aguardando o retorno do vice de sua viagem internacional, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu a presidência do Brasil (SKIDMORE, 1982) e durante seu curto governo foi proposta uma solução rápida na tentativa de conter a posse de Goulart, sem contrariar de todo os setores militares que o apoiavam em defesa dos princípios da legalidade constitucional. Nela, a transformação da forma de governo brasileiro de presidencialista para parlamentarista faria com que Goulart assumisse a presidência sem a força real de seus poderes presidenciais, uma vez que eles estariam concentrados em outra figura política, o primeiro-ministro. Não há certeza sobre quais motivos levaram João Goulart a concordar com essa estratégia tão facilmente, porém, historiadores especulam que a atitude pode ter sido tomada em virtude da possibilidade de uma guerra civil, que ele queria evitar. Sua posse como presidente só pôde ser efetivada fazendo-o desfrutar completamente das atribuições do cargo após o dia 6 de janeiro de 1963, data em que os brasileiros decidiram em plebiscito o retorno do sistema presidencialista de governo (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Em 14 meses de mandato, contados a partir do retorno ao presidencialismo, o governo de João Goulart desenvolveu planos importantes no cenário político. Entre os civis cresceram os movimentos sociais. O movimento operário também avançou. Aos estudantes foi propiciada maior possibilidade de interferência direta no governo, através da mobilização cristalizada na União Nacional dos Estudantes (UNE). Nas Forças Armadas ocorreu o que Fausto (1995) considerou ser a mudança de maior importância durante este período de governo: o surgimento da doutrina da segurança nacional, baseada no contexto da Guerra Fria. Outra instituição desenvolvida foi a Igreja Católica, que naquele momento dividia-se em inúmeras posições, indo do ultraconservadorismo até setores de esquerda. Vale lembrar que a igreja fora influente não apenas após a posse de Goulart, momento no qual os religiosos reunidos na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) apoiaram a legitimidade do novo governo, mas também na conspiração que resultou em sua deposição, por meio de membros dos setores mais conservadores. No plano político as divisões partidárias intensificaram-se fazendo maior referência às diferenças ideológicas em detrimento das disputas pessoais.



Demonstrando demasiada autoconfiança, João Goulart avançava com dificuldade rumo à satisfação dos dois grandes interesses de sua época, que se dividiam politicamente nas demandas da direita e da esquerda, grupos que o cobravam ferrenhamente. Ele que herdava sua estratégia política de Vargas, enfrentou contratempo ao agir diante das acusações de Carlos Lacerda que ainda liderava oposição ao governo, visando desestabilizá-lo. Em resposta consideravelmente equivocada aos insultos de Lacerda, Goulart solicitou ao Congresso Nacional que fosse decretado o estado de sítio, a fim de que seu governo pudesse intervir na Guanabara da qual Lacerda era governador. PTB, PSD e UDN reagiram com desconfiança, negando-lhe o pedido, temendo inclusive que Goulart pudesse aproveitar-se da situação para agir contra eles (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Os rumores de que um novo golpe viria pelas mãos de Goulart somente endossavam a nova crise política nascente, potencializada por outros episódios. No Comício da Central do Brasil, por exemplo, no qual Goulart finalmente parecia marcar o início das chamadas reformas de base. Nele, foram articulados cuidadosamente elementos que explicitavam a união das esquerdas e o avanço dos trabalhadores junto ao governo. Em resposta a tal comício, levantou-se a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que, embora desdenhada pelo presidente, concentrou cerca de 500 mil pessoas nas ruas, cristalizando forte oposição civil ao Governo Federal. Dois dias após o Comício da Central do Brasil, outra decisão vista com desconfiança pelo Congresso foi a Mensagem Anual da Presidência, enviada por Goulart e que reivindicava a atribuição de poderes legislativos ao Executivo e também a permissão para fazer modificações no Texto Constitucional, promulgado em 1946. Os parlamentares ficaram realmente abalados diante da mensagem.

De modo geral, tudo permitia supor que o plano de Goulart era dissolver o Congresso e fortalecer o Poder Executivo, concentrando em suas mãos poderes excepcionais que o permitiria, se esta fosse sua vontade, alterar a legislação eleitoral vigente a fim de favorecer seus próprios interesses. Este era o prognóstico preconizado por membros do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), e dos parlamentares da UDN, ambos opositores ao governo. Apesar das inúmeras versões históricas sobre os motivos que levaram à deposição de Goulart, fato que deu início ao regime militar em 31 de março de 1964, Schwarcz e Starling (2015) defendem que

faltou ao presidente o devido comando que lhe permitiria resistir à conspiração articulada contra ele.

## 2.6. Pedro Aleixo: o civil impedido

Segundo o historiador Thomas Skidmore (1982), após a revolta que ocasionou a queda de Goulart, e repudiando quase que por completo a elite política do momento, os militares extremistas preocuparam-se em entregar o poder outra vez nas mãos de políticos que ao longo dos últimos anos teriam se mostrado incapazes de governar o país. Na visão dos militares, a eleição presidencial apenas seria possível à medida que a dinâmica do poder se apresentasse adaptada à realidade da defectiva elite política. A solução dos extremistas, hoje conhecidos como “linha-dura”, veio através de um ato institucional que alterava a legislação vigente. Conhecido como Ato Institucional nº 1 (AI-1), de 09 de abril de 1964, o ato não só aumentou extraordinariamente os poderes do presidente da República como determinou que sua eleição e também a do vice fosse provisoriamente realizada de forma indireta por membros do Congresso Nacional. Além disso, as regras de inelegibilidade para a eleição presidencial foram derrubadas e os militares passaram a cassar constitucionalmente os direitos políticos de aproximadamente 5.000 parlamentares que supostamente teriam feito oposição ao novo regime. Estes fatos colocaram o todo do processo eleitoral nas mãos dos militares, ainda que de forma discreta. A cassação dos mandatos de parlamentares, que perdiam seus direitos políticos por dez anos, se fez necessária a fim de evitar confronto entre os militares e os representantes da antiga política. Com aproximadamente 400 parlamentares afastados, o Congresso se reuniu para eleger o primeiro presidente do regime, numa eleição em que apenas o general Humberto de Alencar Castello Branco era candidato. Era desta forma que, de dentro da corporação militar, saíam os presidentes e vice-presidentes da República durante os 21 anos de regime militar, entre 1964 e 1985.

Em março de 1967, o Congresso novamente se reuniu para dar posse ao general Arthur da Costa e Silva, da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) como presidente da República e o civil udenista Pedro Aleixo como vice. O general Costa e Silva enfrentou durante seu governo – anos iniciais do regime militar – setores como a elite

política, a igreja e os estudantes que naquele momento se organizavam com o fim único de estreitar o cerco em torno dos militares e estabelecer forte oposição à repressão de forma que pudessem ser capazes de dar início à redemocratização do país. (SKIDMORE, 1982). A fim de controlar melhor as manifestações que surgiam para se opor ao governo, Costa e Silva decidiu baixar o Ato Institucional nº 5 (AI-5) que vigorou até meados de 1979. Tal instrumento permitiu o endurecimento do regime, assim como garantiu sua longevidade. Era dezembro de 1968. Naquela ocasião, o vice, Pedro Aleixo, opôs-se ao ato baixado e sua atitude corroborou a falta de crédito dada a ele pelos militares. Em outro momento da história o mesmo já havia demonstrado que discordava de atos que pudessem suprimir as liberdades dos cidadãos, como no momento em que era presidente da Câmara durante o governo Vargas, ocasião em que se opôs ao projeto apresentado e que instituiria o Estado Novo (AGÊNCIA SENADO, 2014).

Depois de se posicionar contra o AI-5, embora eleito pelo Congresso, o mineiro Pedro Aleixo tornou-se expressamente um nome inaceitável para o governo militar, não somente pelo fato de ser ele um civil, mas também por possuir posicionamento discordante das ideias vigentes, o que da visão militar fora considerado outro grave defeito (FAUSTO, 1996; SCHWARCZ; STARLING, 2015). Por este motivo, Aleixo foi impedido de assumir a presidência da República após o afastamento por invalidez do presidente Costa e Silva, devido a um acidente vascular cerebral que o acometeu em agosto de 1969. Outra vez a ação da força militar interfere no andamento do processo democrático brasileiro. Através do AI-12, que declarou vagos os cargos de presidente e vice-presidente da República o governo do país se viu em mãos de uma junta militar formada pelos seguintes ministros: Lira Tavares do Exército; Augusto Rademaker da Marinha e Márcio de Sousa e Melo da Aeronáutica. Feito para durar até que o presidente Costa e Silva pudesse reassumir o cargo, o ato foi mantido pelo AI-16 que em outubro de 1969 declarou definitivamente vagos os postos da presidência e vice-presidência da República, fazendo permanecer o governo sobre o poder dos ministros militares até que nova eleição fosse convocada e os candidatos eleitos fossem devidamente empossados.

## 2.7. José Sarney: o representante da antiga política

O regime militar foi tornando-se obsoleto após o longo processo de abertura iniciado em 1975, pelo presidente Ernesto Geisel. A ideia era realizar a chamada abertura ou distensão do regime de forma progressiva, lenta e controlada. No projeto, lideranças políticas e de outros setores da sociedade eram convidados a debater as demandas sociais e garantir viabilização dos próximos passos da transição do regime. Neste contexto de constantes ‘avanços’ rumo à redemocratização do país, os movimentos sócio-políticos foram intensificados, fato que preparou o terreno para a exigência do voto direto nas eleições presidenciais. No início da década 1980, essa conquista parecia muito próxima considerando que em 1982 acontecia a primeira eleição direta para o governo dos estados desde 1965. A proposta de retorno ao voto direto para a escolha presidencial partiu de um deputado do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Dante de Oliveira, um mato-grossense quase desconhecido na época<sup>14</sup>. Embora tenha contado com um enorme e organizado apoio popular, em manifestações que levaram milhões às ruas em todo o país, o projeto foi derrotado no Congresso.

Com a eleição indireta assegurada<sup>15</sup>, Tancredo de Almeida Neves (PMDB), ambicionando governar o país há muito tempo e mensurando as reais chances de ganhar a eleição, articulou acordos com nomes influentes da organização militar e com dissidentes da base governista, implodindo o Partido Democrático Social (PDS) que dava sustento parlamentar ao regime militar, dando origem ao Partido da Frente Liberal (PFL), também de viés conservador. Tancredo venceu a eleição realizada em 15 de janeiro de 1985 para ser o presidente do vigésimo-terceiro período de governo republicano, à frente da Aliança Democrática composta pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o PMDB e também o PTB, organizados a partir da reforma partidária de 1979 e unidos em prol da oposição à ditadura. Sua campanha fora extremamente atrativa com o slogan “Muda Brasil” e

---

<sup>14</sup> Por consequência de sua atitude a emenda levou seu nome, ficando conhecida como Emenda Dante de Oliveira.

<sup>15</sup> Para saber mais sobre este assunto, ver o apêndice D que traz os artigos da Constituição de 1967 que tratavam especificamente das regras acerca da vice-presidência da República.

sua proposta não era romper com o sistema político vigente, mas estabelecer uma sutil mudança de governo. Com Tancredo foi eleito o senador maranhense José Sarney para ser o vice-presidente. Este último havia sido presidente do partido de apoio à ditadura (PDS) até 11 de junho de 1984. Partido do qual se afastou em agosto daquele ano, para em seguida entrar no PMDB de Tancredo. Durante a campanha, Sarney que fora escolhido pelo próprio Tancredo, não negou a ele em nenhum momento suas demonstrações públicas de apoio.

Para sua infelicidade, Tancredo, que temia qualquer fator que o impedisse de se tornar presidente da República, fora internado no Hospital de Base em Brasília na véspera de sua posse. Em seguida, foi transferido para o Instituto do Coração, em São Paulo, onde faleceu no dia 21 de abril de 1985. Detalhe relevante: sem nunca tomar posse como presidente. Nesta ocasião, falecia aquele que parecia representar a mudança que o país tanto aguardava. A morte de Tancredo Neves pareceu frustrar os sentimentos daqueles que de fato esperavam a tal mudança de governo, pois seu vice, Sarney, trazia consigo muitos elementos que o tornavam instrumento de continuidade da antiga política. (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

José Sarney era visto à época como uma nova espécie de coronel que representava muitos aspectos reacionários da república velha. Era um político capaz de se adaptar a qualquer corrente ideológica contanto que lhe fossem assegurados seus interesses (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Sarney não era a melhor opção para o PMDB, que aceitou seu nome em virtude da escolha de Tancredo. Além disso, o vice não possuía grande autoridade para guiar a Aliança Democrática, diferente da que teria seu fundador (FAUSTO, 1996). Enquanto o Brasil aguardava o improvável retorno de Tancredo, alguns parlamentares do PMDB começavam a articular a transmissão da presidência da República para o presidente da Câmara. Eles defendiam esta ideia com base no art. 78 da Constituição vigente<sup>16</sup> que determinava na falta do presidente e do vice a posse do próximo na linha sucessória presidencial, no caso, Ulysses Guimarães, presidente da Câmara naquela ocasião. Segundo os parlamentares o país não poderia ter naquele momento um vice, uma vez que ele deveria ter tomado posse junto ao presidente, o que, como se sabe, não ocorreu. Tal articulação teve apoio do general Figueiredo, sendo recusada, contudo, por Ulysses

---

<sup>16</sup> CF de 1967 emendada em 17 de outubro de 1969.

Guimarães que decidiu aguardar o retorno de Tancredo entregando a presidência temporariamente ao Sarney (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Em 2015 o General Leônidas Pires Gonçalves, que na época era ministro do Exército, resolveu contar a sua versão do ocorrido em entrevista veiculada no portal do jornal Estadão (ARRUDA, 2015). De acordo com ele, as discussões acerca de quem deveria ser o novo presidente cessaram após sua insistência no art. 76 da CF, que previa a vacância da Presidência da República, somente no caso em que os candidatos não tivessem tomado posse em até dez dias da data oficial fixada para o ato. Desta forma, com a posse assegurada, Sarney assumiu interinamente a presidência da República em 15 de março de 1985, sendo efetivado, poucos dias depois inaugurando o vigésimo terceiro período de governo republicano em 21 de abril do mesmo ano, após o falecimento de Tancredo.

Ao contrário de Tancredo, Sarney não representava grandes mudanças na política vigente, principalmente por ter se aproximado da ditadura já em 1964. Quando assumiu a presidência a situação econômica do país era mais estável que nos anos anteriores. Entretanto, como esperado, embora seu governo tenha possibilitado a revogação de boa parte da legislação produzida no regime militar, promovendo ainda a eleição da Assembleia Nacional Constituinte que se encarregaria de discutir e promulgar nova Constituição, (FAUSTO, 1995) seu esforço permaneceu concentrado em manobras que pudessem angariar o apoio necessário para mantê-lo no governo pelos próximos cinco anos (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Com cinco anos de mandato, o governo de Sarney possuiu um ponto alto: o respeito às liberdades públicas (IDEM, 1995). Contudo os elos, com o passado autoritário, que permaneceram mantidos no cenário político contribuíram para marcá-lo com descrédito a partir de inúmeras denúncias de corrupção e tentativas frustradas de estabilização da economia, o governo Sarney levantou sérias questões entre os que estavam desacreditados sobre a possibilidade de saídas para o país.

## 2.8. Itamar Franco: o presidente que surpreendeu o país<sup>17</sup>

As constantes frustrações dos brasileiros durante o governo Sarney e as inúmeras acusações de corrupção daquele período influenciaram os resultados das eleições diretas em 1989. O cenário de instabilidade dos mal planejados planos econômicos abriu caminhos para a vitoriosa campanha de Fernando Afonso Collor de Mello, sucessor de Sarney, candidato do Partido da Reconstrução Nacional (PRN). Com bom patrimônio, propagandas convincentes e tendo a mídia tradicional a seu favor, Collor conquistou boa parte do eleitorado em uma campanha considerada “suja” por alguns historiadores, uma vez que sua realidade enquanto governador de alagoas era contrária às façanhas apresentadas aos eleitores. Vigorava naquele momento o parágrafo 1º do Art. 77 da CF de 1988<sup>18</sup>, que previa a eleição e vice e presidente de forma conjunta na mesma chapa. Logo, a vitória de Collor importou a de seu vice, com ele registrado, Itamar Augusto Cautiero Franco.

Em seu governo, Fernando Collor lançou outros dois planos econômicos na tentativa de exterminar a hiperinflação do governo anterior. Afirmando que com eles a inflação seria finalmente vencida, o presidente com o auxílio de sua prima e ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, propôs uma ação que reformaria o governo com políticas fiscais, bancárias e patrimoniais. A população ficou convencida de que o bloqueio de aproximadamente 80% do dinheiro acumulado nos bancos em contas correntes, cadernetas de poupança e aplicações financeiras por 18 meses seria utilizado para liquidar de vez a hiperinflação, o que não aconteceu. Em vez disso, a situação econômica chegou novamente à beira do caos. A crise voltava com mais força e parecia ter-se tornado endêmica. Collor tentou ainda a substituição de sua ministra, porém não conseguiu com isso recuperar o crédito em seu governo, que despencava rapidamente. Seus projetos produziram desconfortos nos brasileiros, que passaram a repudiar a projeção de futuros planos econômicos (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

---

<sup>17</sup> Frase extraída de notícia veiculada no portal da Revista Veja, em 02 de julho de 2011, com o título *Itamar Franco: o presidente que surpreendeu o Brasil* (GRALEB, 2011). Acesso em 17 abr. 2018.

<sup>18</sup> Para saber mais sobre este assunto, ver apêndice E que apresenta as características da Constituição Cidadã.

Aos boatos desconfiados sobre a política de confisco somaram-se inúmeras denúncias de corrupção que explodiram como uma bomba no momento em que a revista *Veja* publicou vasta entrevista, na qual o irmão mais novo de Collor o denunciava. Segundo ele, Paulo César Farias, ex-tesoureiro da campanha de Collor, seria também seu testa-de-ferro, administrando recursos ilegais levantados durante a campanha e intermediando o recebimento de propinas em troca de favores políticos. Mesmo perdendo o apoio da elite econômica com quem tinha boas relações (FAUSTO, 1995) e apesar dos escândalos que em sua opinião logo seriam vencidos, Collor acreditava que permaneceria presidente do Brasil. Para se defender das denúncias, o presidente convidou as massas a lutarem com ele, saindo às ruas vestindo verde e amarelo, num domingo de manifestações em apoio ao seu governo.

As pessoas se vestiram de preto. Sem nenhuma organização prévia, em todo o país apareceram espontaneamente levadas de brasileiros caminhando nas ruas com roupas negras, tiras pretas no braço ou panos negros amarrados na antena dos carros. Collor tinha subestimado o Brasil (Schwarcz; Starling, 2015: 446).

A partir deste momento histórico em que o Brasil vestiu luto outras manifestações foram feitas em grandes cidades do país. Tratava-se de fazer frente àquele que anteriormente havia prometido caçar os corruptos e que naquela ocasião se mostrava ele mesmo um corrupto. Em cada uma das manifestações a população exigia o impedimento do primeiro presidente eleito por voto direto após os anos de ditadura militar. A Câmara dos Deputados aprovou o pedido de abertura de processo de *impeachment*, que seguiu para julgamento no Senado. Em 29 de dezembro de 1992, após a instauração do processo, mas ainda antes da votação que decidiu o impedimento, o presidente renunciou em uma tentativa de se livrar da suspensão dos direitos políticos – que acabou sendo-lhe imposta de certa forma. Por 76 votos a 3 o processo de *impeachment* foi aprovado, afastando Collor da política até o final de 2000 (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Em virtude da renúncia de Collor, seu vice Itamar Franco já havia assumido a presidência, tendo a sua frente o imenso colapso para o qual se encaminhava o país após o governo de seu antecessor. Não há absoluta certeza sobre os motivos que levaram Itamar Franco a aceitar o posto de vice-presidente junto a Fernando Collor,



pois ambos defendiam posições divergentes desde os momentos iniciais da campanha.

Collor desdenhava de seu vice, um político tradicional, de vida provinciana e propensões nacionalistas. Itamar, por sua vez, era encenqueiro e instável. Apesar de ter sido governador de Minas, continuava desconhecido da maioria da população e assumia a Presidência numa conjuntura de crise – sabia que a sociedade era cética a seu respeito e que estava engolindo sua posse para manter a ordem democrática. Surpreendeu todo mundo (SCHWARCZ; STARLIN, 2015: 447).

Embora o objetivo deste trabalho não seja aprofundar-se em questões problemáticas, como a apresentada no trecho anterior que expõe e permite problematizações sobre a relação entre presidente e vice, faz-se necessário citar aqui – a fim de salientar a presença de tais inconvenientes em nosso contexto – um episódio um tanto curioso sobre a postura de Itamar durante os momentos finais do governo Collor. No episódio citado em artigo eletrônico e divulgado no portal O Globo, o vice, Itamar Franco, teria começado a elaborar o seu projeto de governo aproximadamente 30 dias antes de Collor ser oficialmente afastado da presidência, articulando ainda a formação de seu ministério em um documento de 14 páginas que o manteria preparado para assumir seu posto assim que o processo de *impeachment* fosse concluído. Segundo o artigo o documento de 14 páginas foi exposto na edição do jornal O GLOBO que circulou a partir de 18 de agosto de 1992. Naquela ocasião o porta-voz do vice dizia que tal documento não se tratava de encomenda feita por Itamar, contudo seu conteúdo resumia o futuro governo, fazendo inclusive elogios à figura do então vice e futuro presidente, Itamar Franco (SILVEIRA, 2016).

Para a mídia, “parecia o homem errado no lugar errado. Mas teve papel decisivo na garantia da estabilidade política econômica do país”<sup>19</sup>. Itamar Franco conseguiu retirar o país da difícil crise em que fora colocado em virtude da corrupção do governo Collor. Um grande acerto de seu governo veio através de outro plano econômico encomendado ao novo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, convidado ao cargo pelo próprio presidente. O governo temia que este plano também fa-

---

<sup>19</sup> Trecho extraído de Notícia veiculada no site da Revista Veja, de 02 de julho de 2011, com o título *Itamar Franco: o presidente que surpreendeu o Brasil* (GRALEB, 2011). Acesso em 17 abr. 2018.

lhasse, já que desde 1980 o Brasil havia trocado de moeda por quatro vezes, os preços congelados cinco vezes, a inflação medida com onze índices diferentes e foram lançados nove planos econômicos no total. Todos estes esforços haviam se mostrado ineficazes na tentativa de recuperação do país. Todavia, superando as expectativas, o Plano Real, lançado após discussão com a sociedade civil e com a devida aprovação do Congresso, aos poucos conquistou a confiança dos brasileiros, que naquele momento podiam desfrutar de uma moeda forte e estável que lhes permitia planejar um futuro seguramente (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Com este plano Itamar marcou positivamente seu governo, enfrentando a dura crise que vinha se desenrolando ao longo dos dois últimos mandatos de seus antecessores.

## 2.9. Michel Temer: o “vice decorativo”<sup>20</sup>

Chegamos ao último e mais recente dos casos citados neste trabalho. Como explicado no caso anterior, após a promulgação da CF em 1988, a eleição do presidente começou a importar igualmente a do vice com ele registrado. Deste modo, nas eleições de 31 de outubro de 2010, fora a vez de Dilma Vana Rousseff (PT) assumir a presidência da República, como primeira mulher da história a governar o Brasil, no vigésimo-nono período de governo republicano. Com ela, Michel Elias Temer Lulia (PMDB), o vice.

Dilma iniciou sua carreira política muito cedo. Bem jovem aprendeu a atuar em meio a lutas e crises dos duros anos de regime militar. Naquele momento, com aproximadamente 16 anos, já estava envolvida em organizações opositoras ao regime autoritário e repressivo. Passou por quase três anos de cárcere no presídio Tiradentes na cidade de São Paulo após ser perseguida e condenada acusada de ser subversiva. Retornando à liberdade, envolveu-se com os grupos de resistência que lutavam para tirar o governo das mãos dos militares e prosseguiu neste caminho até o momento em que foi convidada a se tornar secretária da Fazenda de Porto

---

<sup>20</sup> Termo extraído de carta enviada à Presidente Dilma Rousseff por seu vice-presidente, Michel Temer. Notícia veiculada na Folha de São Paulo, de 07 de dezembro de 2015, com o título *Em carta, Temer acusa Dilma de mentir e sabotar o PMDB*. Acesso em 17 abr. 2018.

Alegre em 1986, pelo então prefeito Alceu Collares. Por seu desempenho enquanto secretária de Energia, Minas e Comunicação, também no Rio Grande do Sul, chamou a atenção do presidente Lula, que a escolheu para chefiar o Ministério de Minas e Energia em seu primeiro período de governo. No segundo mandato presidencial de Lula, o presidente a convidou para chefiar a Casa Civil. Por sua intensa atuação enquanto ministra, momento em que participava da reformulação e desenvolvimento de programas estratégicos para o governo petista, Dilma concretizou a partir de sua candidatura à presidência em abril de 2010, os desejos de continuidade das políticas iniciadas por Lula, seu mais próximo aliado, (PLANALTO, 2011).

Temer iniciou sua carreira política como oficial de gabinete do secretário de Educação do Governo do Estado de São Paulo, entre 1964 e 1966. Em 1986, elegeu-se deputado constituinte pelo PMDB com o apoio do então governador de São Paulo Franco Montoro e, em virtude de sua eleição, pôde participar ativamente da Constituinte de 1987/88. Após esse momento, retornou novamente eleito, ao exercício do cargo de deputado federal, permanecendo nele longo período, sempre filiado ao PMDB. Este partido o teve como líder nacional de 2001 a 2010, ano em que Temer deixou a liderança para se candidatar e assumir a vice-presidência da República na chapa que uniu PT e PMDB. (PLANALTO, 2016)

Assim como Lula, Dilma e Temer obtiveram um segundo período de mandato presidencial quando venceram as eleições em outubro de 2014. Todavia, este novo mandato foi interrompido antes do tempo previsto em virtude do afastamento da presidente, em maio de 2016, mediante denúncia de crime de responsabilidade. Em agosto do mesmo ano, com o total de 61 votos a favor e 20 contrários, a decisão do Senado sobre o processo de *impeachment* iniciado poucos meses antes, afastou definitivamente Dilma Rousseff da presidência da República. Desde então o governo foi passado às mãos de seu vice que atuou a princípio como presidente interino, tendo assumido o posto desde o primeiro momento de afastamento provisório de Dilma.

Doutor em direito, Michel Temer assumiu a presidência da República de forma definitiva em 31 de agosto de 2016. Antes disso, enquanto exercia sua função de vice, recebeu como atribuições a defesa dos interesses do país em foros, encontros e negociações internacionais. No cenário nacional, coordenou projetos estratégicos de combate a ações criminosas nas fronteiras do país. Eleito por seu próprio partido

para ser o candidato de Dilma à vice-presidência, o nome de Temer contrariava a real pretensão de Lula, que almejava consolidar a chapa PT-PMDB contando com Henrique Meirelles como vice. Meirelles já havia deixado o cargo de presidente do Banco Central para se filiar ao PMDB, abrindo caminho para a indicação de Lula. Todavia somente um membro do partido poderia ser aceito por Temer para compor a chapa proposta: ele próprio e ninguém mais.

Temer mantinha total controle da legenda. [...] Menos por vaidade e mais por conhecer intimamente o PMDB. Sabia que com Meirelles, ou com um peemedebista que tivesse menos controle da máquina partidária, seria missão impossível garantir o apoio formal à aliança com Dilma (GOIS; IGLESIAS, 2014: 34).

Naquele momento ninguém poderia imaginar a crise política que surgiria desta aliança aparentemente bem feita entre os dois principais partidos do governo, mas que concentrava parlamentares com interesses heterogêneos, menos ainda esperava-se que Dilma Rousseff fosse ser afastada ao término do processo de *impeachment* instaurado. Contudo, retratada em meados de 2009 como fator de indefinição política (Folha de S. Paulo, 2009), a aliança entre PT e PMDB já gerava desconfiança sobre as reais intenções do peemedebista em suas aproximações, em primeiro lugar com o ex-presidente Lula e posteriormente, de forma mais concreta, com a presidente Dilma. O discurso de Temer já dava sinais de que o mesmo não se contentaria em ser figura supérflua no governo. Em suas palavras, o PMDB não seria coadjuvante, mas protagonista no cenário político. Ou seja, seu partido não participaria do governo, governaria o país<sup>21</sup>.

Á exemplo dos casos já citados – ocorridos ao longo da história – em que vice-presidentes abandonaram presidentes para que estes últimos dessem conta das crises a serem enfrentadas sem seu apoio, Temer também rompe com o governo petista abandonando sua colega de chapa em momento decisivo, descrevendo seus motivos pessoais em carta a ela enviada no dia 7 de dezembro de 2015, mais ou menos seis meses antes do início do processo que a afastou do gabinete presidencial. Nela, Temer a acusava de desconfiar dele e de seu partido, que rendiam, na-

---

<sup>21</sup> Trecho do Discurso de Michel Temer em Convenção Nacional do PMDB que o oficializou como vice de Dilma Rousseff. Notícia veiculada no portal G1.globo.com, de 12 de junho de 2010, com o título *PMDB oficializa Michel Temer como vice na chapa de Dilma*. Acesso em 18 abr. 2018.

aquele momento, muito apoio ao governo, principalmente, segundo ele, por meio das articulações com os setores oposicionistas. Mais ou menos aos modos de Café Filho ou Itamar Franco, Temer também se sentiu sabotado, não pela indiferença da presidente durante a campanha, mas por sua indiferença durante o governo ao longo dos quatro anos do primeiro período de mandato presidencial. Temer deixou claro seu descontentamento diante do menosprezo por parte de Dilma à sua figura e encerrou naquelas linhas a sua participação e a do PMDB no governo. Aproximadamente nove meses após este episódio da Carta e depois de inúmeras crises políticas que se intensificaram em torno dos nomes de Dilma e Lula, o processo de impeachment da presidente chegou ao fim no desfecho já conhecido.

Apesar do entendimento raso sobre o que realmente aconteceu e de não podermos afirmar com alguma certeza quais os motivos que realmente fizeram com que a Dilma Rousseff fosse afastada, passando seu cargo ao vice Michel Temer, fato é que ele permanece ocupando neste momento a chefia do Poder Executivo como presidente do Brasil, mesmo sendo constantemente acusado por muitos, inclusive pela própria ex-presidente, de ter sido o conspirador e articulador do mais recente golpe realizado contra a democracia brasileira. Deste modo, Temer é considerado por muitos como chefe de um governo ilegítimo, um escroque.

Encerrando este capítulo, os casos relatados no mínimo permitem o questionamento sobre as implicações das regras de funcionamento da vice-presidência e as condições da articulação da figura do vice com o presidente. Indo além, pode-se pensar em quais forças atuam por trás das estratégias de decisão que cercam os vices e como as regras eleitorais os favoreceram em cada contexto histórico aqui apresentado. Por último cabe ressaltar que os relatos aqui expostos servem para endossar uma fala, que muito no faz refletir, dita pelo ex-ministro da Fazenda do governo Lula, Henrique Meirelles, que quando cotado para ser candidato à vice-presidência da República respondeu descartando tal hipótese, todavia afirmou com certo tino que no Brasil, ser vice é um “negócio interessante”<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> [Informação verbal] Notícia publicada na Folha de S. Paulo, 2017. Acesso em 18 abr. 2018.

### 3. O VICE-PRESIDENTE NOS PERIÓDICOS DE CIÊNCIA POLÍTICA

Expostos os episódios de expressivo protagonismo político e demonstradas as implicações das atuações dos vice-presidentes no governo brasileiro, a proposta agora é compreender em qual medida a relevância institucional de tal figura é percebida ou negligenciada por parte da ciência política nacional.

Para tal feito, proponho mapear o desenvolvimento do tema nos estudos científicos a fim de saber se o mesmo permanece negligenciado<sup>23</sup> por parte dos cientistas políticos brasileiros ou se foi desenvolvido por eles. A princípio o objetivo deste esforço será responder questões amplas sobre a natureza dos estudos levantados. Como por exemplo: A vice-presidência é tratada como tema principal? Quais problemas e explicações podem ser encontrados? A produção sugere um crescimento ou diminuição da ocorrência do tema entre os estudos da área? Que tipos de análises foram feitas? Quais assuntos são levantados? (KITCHENJAM; BUDGEN; BRE-RETTON, 2007 apud AUTRAN et. al., 2016). O presente estudo pretende resolver estas e outras questões, principalmente a que trata da existência ou inexistência de uma produção teórica especificamente voltada à análise da vice-presidência da República.

#### 3.1. Materiais e métodos

A revisão sistemática da literatura é o método empregado para a realização do mapeamento proposto no parágrafo anterior. Trata-se de estratégia inspirada na Medicina Baseada em Evidência (MBE), que promove a realização de sínteses dos conteúdos produzidos por diferentes pesquisas (AUTRAN et. Al., 2016). Por comumente se apropriar de método científico para a produção das sínteses, a revisão sistemática resolve boa parte dos problemas encontrados na revisão narrativa, que carece principalmente de método (FILHO et. al., 2014). O método permite que seja al-

---

<sup>23</sup> Hipótese apresentada neste estudo e reforçada com afirmação de Paulo Bonavides, ao dizer que a vice-presidência é – de todos os elementos que compõem o sistema presidencial de governo – o mais desprezado no campo científico, principalmente entre os estudos de viés constitucional. (2000).

cançada maior objetividade, assim como diminui as possibilidades de se produzir sínteses enviesadas. Neste sentido, Wolf defende que métodos criteriosamente selecionados devem ser empregados a fim de garantir validade científica aos estudos de diversas áreas, como a aqui estudada (1986 apud FILHO, et. al. 2014). Outra característica importante deste tipo de revisão é a sua reprodutibilidade, fato que futuramente abre caminhos para uma intensa comparação contextual das sínteses produzidas sobre pesquisas de diversas áreas. Este movimento colabora com o avanço da produção acadêmica sobre um determinado objeto de estudo e do conhecimento científico como um todo, pois como dito acima permite a acumulação sistemática de informações sobre temas específicos.

### 3.1.1. Estratégia de Busca e seleção dos estudos

Para realizar a revisão proposta, levantando estudos que direta ou indiretamente tenham apontado a vice-presidência como tema em suas discussões, foi feita uma busca metódica, em maio de 2018, que fez uso de dados de domínio público disponibilizados nas quatro bases de dados bibliográficos citadas a seguir:

- a) Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), escolhida não por ser um portal de periódicos, mas por concentrar estudos relevantes aos programas de pós-graduação em ciência política, produzidos e publicados também com certa periodicidade. Esta base é apoiada pela Financiadora de Estudos e Pesquisas (FINEP), fundada e mantida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) no âmbito do Programa da Biblioteca Digital Brasileira (BDB). Seu objetivo é integrar e disseminar, desde 2002, os textos completos das teses e dissertações defendidas em 115 instituições brasileiras de ensino e pesquisa, indexadas à base, permitindo que os conteúdos apresentados por tais estudos sejam acessados de forma livre por quaisquer interessados<sup>24</sup>.

---

<sup>24</sup> Informações retiradas do portal BDTD. Disponível em: <<http://bdtb.ibict.br/vufind/Content/tede>>. Acesso em: 28 maio 2018.

- b) Portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundado pelo Ministério da Educação (MEC) em 2000. Seu objetivo, entre outros, é o livre acesso e divulgação da produção científica, contando com acervo formado por mais de 38 mil títulos com texto completo, 134 bases referenciais, 11 bases de exclusividade das patentes, além de livros, e outros documentos que compõem, segundo o portal, o melhor da produção científica internacional<sup>25</sup>.
- c) *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), base concebida pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) em parceria com o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME), contando ainda com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A biblioteca concentra, em seu portal, periódicos científicos rigorosamente selecionados e sua plataforma permite mensurar o uso e as funcionalidades dos artigos indexados. A versão brasileira conta com 363 periódicos, dos quais 288 possuem publicação corrente<sup>26</sup>.
- d) Google Acadêmico (GA), plataforma de buscas criada e mantida pela Google que, embora não dê garantia de que todos os resultados encontrados serão artigos acadêmicos de procedência confiável, promove – por meio de uma funcionalidade importante que o classifica como meta-buscador (MUGNAINI; STREHL, 2008) – uma busca que reúne o máximo de informações possíveis encontradas em várias bases de dados que disponibilizam textos acadêmicos completos de forma eletrônica via internet.

Para o processo de busca foram selecionados, entre os termos relativos ao tema, aqueles considerados imprescindíveis. Deste modo formou-se um conjunto com dez descritores que foram pesquisados – de forma simples ou em combinação – em cada uma das bases escolhidas. São eles: 1) vice-presidente; 2) vice-presidente da república; 3) vice-presidência; 4) vice-presidência da república; 5) Poder Executivo federal; 6) vice-presidente combinado com política; 7) vice-presidente combinado

---

<sup>25</sup> Informações retiradas do portal Periódicos Capes. Disponível em: <[www.periodicos.capes.gov.br](http://www.periodicos.capes.gov.br)>. Acesso em 28 maio 2018.

<sup>26</sup> Informações retiradas do portal Scielo. Disponível em: <[www.scielo.br](http://www.scielo.br)>. Acesso em: 28 maio 2018.



com sucessão; 8) vice-presidente combinado com Poder Executivo; 9) vice-presidente combinado com República; 10) vice-presidente combinado com Federal.

Das bases SciELO e BDTD foram levantados os estudos que continham em qualquer parte de seu texto os termos acordados nas dez entradas acima citadas. Em tais bases, foram utilizados os filtros de pesquisa que delimitavam a busca em estudos publicados em português e classificados na área da ciência política. Do portal de periódicos CAPES – em razão da dificuldade em manter ativos os filtros de pesquisa, que tornam a busca mais direta – foram levantados os estudos que continham no título o termo vice-presidente ou vice-presidência. Neste caso e na ocasião de entradas com termos combinados, o primeiro termo permaneceu pesquisado nos títulos, enquanto que o segundo foi pesquisado em qualquer parte dos textos. Neste portal também foi utilizado o filtro que delimitou a busca em estudos classificados na área de ciência política. Contudo, aquele que buscava apenas por estudos em português não foi utilizado, sendo a seleção dos estudos publicados em português realizada manualmente.

Para a busca realizada no GA foi utilizada uma estratégia um pouco diferente das outras, considerando que a plataforma dispõe de menos filtros e segue um padrão diferente de apresentação dos resultados. Deste modo a pesquisa foi realizada com apenas uma entrada que contou com três termos em combinação pesquisados em qualquer parte do texto: a) “vice-presidente da república”; b) Brasil; c) “ciência política”. Na falta de um filtro que buscasse estudos publicados em português, foi selecionado outro que delimitou a busca dos estudos nas páginas em português. Por fim, um quarto termo – “direito” – foi utilizado para que fossem excluídos do resultado os estudos que o citassem, considerando que eles seriam classificados como estudos do direito e não de ciência política como se pretende buscar.

A propósito de esta revisão ter sido realizada em bases eletrônicas de dados e não ter esgotado as fontes de pesquisa, a revisão aqui produzida possuirá um caráter sumariamente exploratório. Ou seja, não consideramos esta uma busca exaustiva, capaz de encontrar sem falhas qualquer artigo ou produção acadêmica de interesse.

### 3.1.2. Critérios de inclusão e exclusão

Os estudos que compõem esta revisão foram incluídos e excluídos de forma independente à medida que seus conteúdos apresentaram os seguintes requisitos descritos abaixo. Assim, foram incluídos:

- a) os livros, monografias, artigos, dissertações e teses de período abrangente não especificado anteriormente;
- b) os estudos da ciência política;
- c) aqueles que apresentaram o termo vice, quando diretamente ligado ao vice-presidente ou à vice-presidência da República do Brasil, em qualquer parte na íntegra do texto tendo igualmente cumprido os requisitos dos itens anteriores.

De forma similar, foram excluídos:

- a) os estudos classificados em outras áreas do conhecimento, como administração pública, história ou direito;
- b) os conteúdos não científicos, como mensagens, entrevistas e quaisquer outros de natureza diferente;
- c) os estudos que se referem somente à vice-presidência de outras instituições, órgãos e comissões;
- d) as publicações em idioma estrangeiro;
- e) os estudos dedicados à análise de outros países;
- f) aqueles que não mencionaram em parte alguma os termos “vice-presidente” ou “vice-presidência”.

### 3.1.3. Análise e interpretação dos dados

A fim de facilitar a análise e interpretação dos dados aqui levantados, foram elaborados fluxogramas e quadros que resumem os processos e resultados encontra-

dos durante a revisão. Deste modo as referências aparecem agrupadas segundo os critérios adotados em cada fase do refinamento e as listas completas dos estudos incluídos e excluídos desta revisão – neste último caso são listados também os motivos das exclusões – podem ser respectivamente encontrados no apêndice F e G, ao final deste estudo.

### 3.2. Resultados da busca

Terminado o levantamento realizado nas plataformas *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), portal de periódicos CAPES e Google Acadêmico (GA), e de acordo com a estratégia aqui adotada discriminada no item 3.1.1., chegou-se a um total de 694 referências. Após refinamento preliminar, que consistiu na remoção de duplicatas, restaram 211. Entre elas ainda foram desprezadas aquelas que não preencheram os critérios de inclusão descritos no item 3.1.2. Deste modo, foram retiradas da revisão:

- a) 28 referências classificadas em outras áreas do conhecimento;
- b) 37 referências de natureza não científica;
- c) 12 referências publicadas em outros idiomas;
- d) 16 referências dedicadas à análise de outros países.

Vale ressaltar que, durante breve análise dos conteúdos presentes nas referências desprezadas, foram selecionadas duas que apresentaram conteúdos de significativa importância aos propósitos aqui explorados. A primeira trata-se de um estudo publicado em outro idioma, já a segunda trata-se de resumo expandido de um estudo publicado na área do direito. Foram os únicos que retornaram com o termo “vice-presidente” no título. Por este motivo, embora os artigos não se encontrem incluídos entre os estudos aqui analisados, uma parte de seus conteúdos será aqui, na medida do possível, brevemente apresentado.

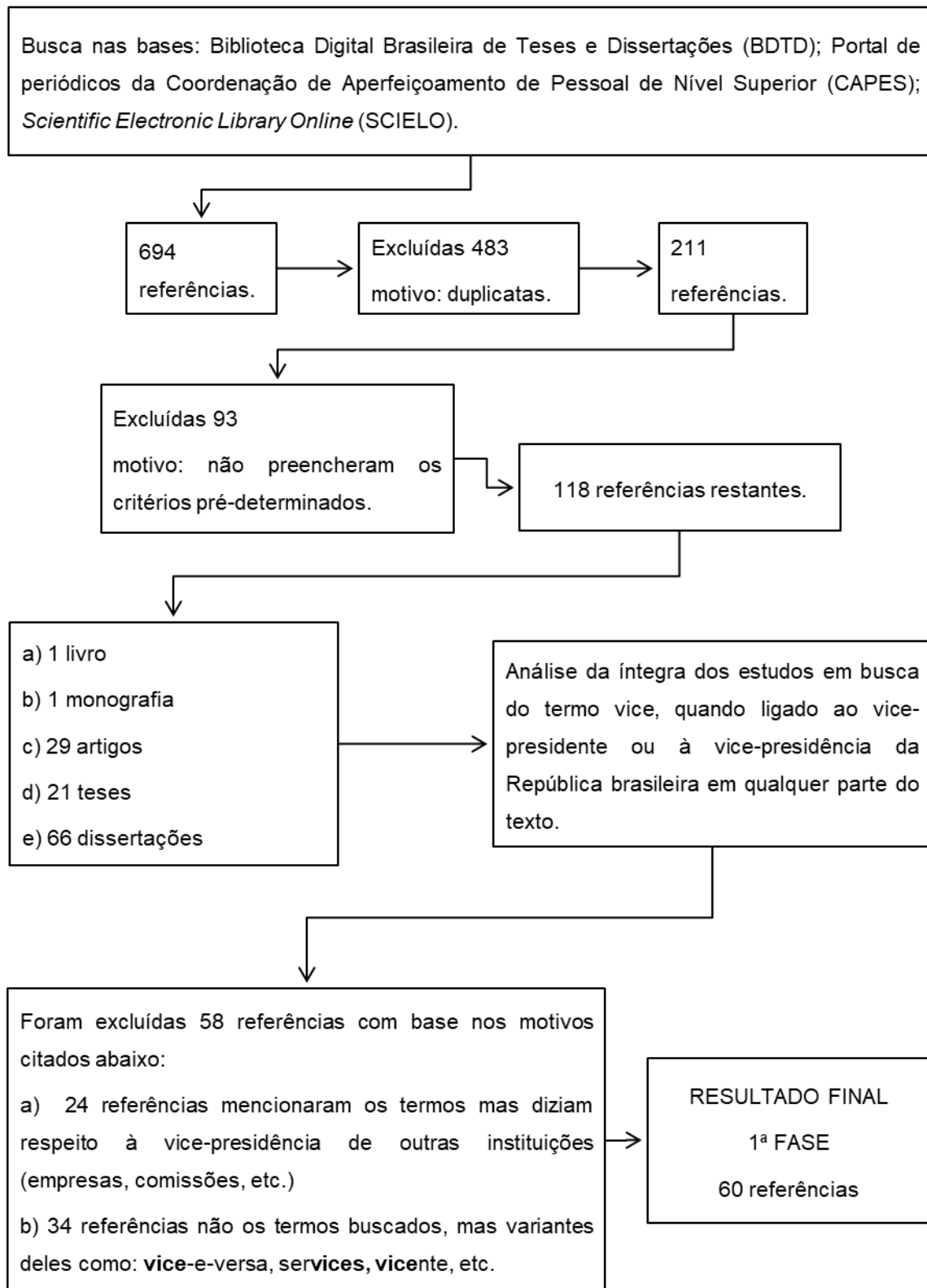
Ao fim do primeiro momento preliminar de refinamento e após 93 exclusões, por descumprimento dos critérios de inclusão, restaram 118 referências. Entre elas:

- a) 66 dissertações;
- b) 29 artigos;
- c) 21 teses;
- d) 01 monografia;
- e) 01 livro.

Com este total em mãos, as referências foram encaminhadas a outro processo de refinamento, que encerrou a primeira fase de seleção. Tal procedimento consistiu em mapeamento que buscou na íntegra de cada um dos estudos a presença do termo vice – quando diretamente ligado ao vice-presidente ou à vice-presidência da República no contexto brasileiro. A proposta inicial a ser adotada nesta revisão exigiria a presença dos termos nos títulos, resumos ou palavras-chaves para que as referências que as apresentassem pudessem ser devidamente incluídas. Todavia, diante da escassez de estudos que apresentassem tal característica em levantamentos preliminares, adotou-se como critério a presença do termo vice, quando expressando relação com a instituição aqui estudada, em quaisquer partes dos textos analisados.

Deste modo, a busca permitiu um novo refinamento, uma vez que foram excluídas 24 referências nas quais os termos encontrados tratavam somente da vice-presidência de outras instâncias ou organizações e 34 referências em que os termos, da forma como se pretendia, não foram encontrados. Neste último caso as referências retornaram por possuírem expressões formadas a partir do termo pesquisado, como “vice-e-versa”, “*services*”, “Vicente”, entre outros.

Figura 1 – Fluxograma da estratégia de busca e seleção dos estudos.



Fonte: Do autor a partir das referências incluídas na revisão sistemática

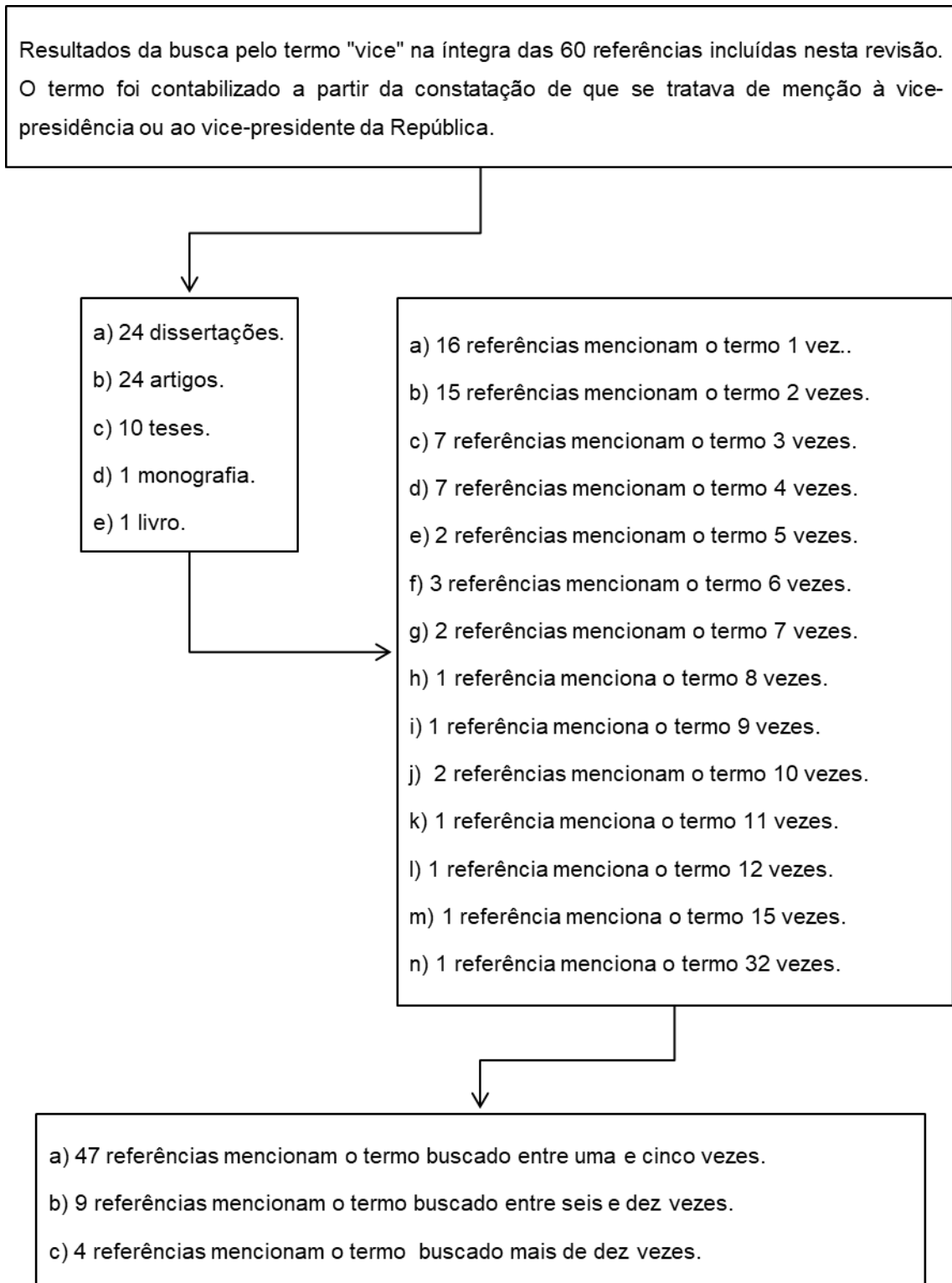
Como visto na figura 1 que ilustra a estratégia de busca e seleção dos estudos, assim como seus resultados, 58 referências foram descartadas após o último processo da primeira fase de seleção. Nelas, como já foi dito, constatou-se a ausência dos termos buscados, ou mesmo a presença deles, discorrendo, contudo sobre a vice-presidência de outras instâncias e órgãos como partidos, comissões, empresas, etc. Assim restaram 60 referências, publicadas entre 1975 e 2017 compondo um conjunto formado por:

- a) 24 dissertações;
- b) 24 artigos;
- c) 10 teses;
- d) 01 monografia;
- e) 01 livro.

Neste momento os estudos foram novamente analisados, desta vez de forma mais cuidadosa, com o objetivo de classificá-los de acordo com a quantidade de vezes em que o termo “vice” ocorria nos textos. A fim de assegurar que os termos citados referiam-se diretamente à vice-presidência da República no contexto brasileiro, foi realizada a leitura integral de todos os parágrafos que os apresentaram. Durante as leituras, os termos eram articulados aos títulos, resumos, itens e subitens de cada referência a fim de que fosse formado um panorama geral sobre os temas estudados. Logo, ao final deste processo – e para facilitar ainda mais a análise – optou-se por agrupar as referências em três grupos distintos de acordo com os intervalos considerados abaixo:

- a) referências que apresentaram o termo – da forma exigida – entre uma e cinco vezes formaram o primeiro grupo;
- b) referências que apresentaram o termo – da forma exigida – entre seis e dez vezes formaram o segundo grupo;
- c) referências que apresentaram o termo – da forma exigida – mais de dez vezes formaram o terceiro grupo.

Figura 2 – Fluxograma da classificação das ocorrências do termo pesquisado.



Com base nas quantidades de ocorrências do termo pesquisado poderíamos supor, a priori, que o primeiro grupo formado por 43 referências seria um conjunto de estudos que não elegeram o vice-presidente ou a vice-presidência da República como temas principais. Logo, as citações presentes em seus interiores deveriam ter sido feitas em virtude de explicações ou complementações históricas, causais e não desenvolvidas. Este grupo poderia ser inclusive desprezado inicialmente por não apresentar uma quantidade significativa de ocorrências do termo vice, fato que demonstra a falta de frases e parágrafos que discorram sobre o assunto. O segundo grupo, formado por 9 referências, teria mais chances de apresentar um bom desenvolvimento do tema, ainda que de forma indireta e breve, do que o primeiro. Já o terceiro e último grupo, formado por 4 referências, seria o conjunto de estudos com maiores chances de apresentar conteúdo relevante sobre a vice-presidência da República em geral ou especificamente o papel do vice-presidente brasileiro. Esta última suposição pode ser considerada uma percepção otimista que claramente ocorre quando se observa a quantidade de citações do termo buscado nas referências que formam o terceiro grupo.

Todavia, ao fim da etapa de classificação e análise do conteúdo e citações ao termo buscado nas 60 referências incluídas nesta revisão, constatou-se que em nenhuma vez a vice-presidência da república, a figura específica do vice-presidente ou quaisquer outros elementos característicos aparecem como centrais nas discussões, nem foram encontradas alusões ao tema entre os títulos, resumos e assuntos analisados. Em geral, as citações à vice-presidência e seus agentes apareceram nos estudos levantados apenas como complemento, apresentando-se de formas muito pontuais, de modo que em alguns casos ocupam menos de um parágrafo, como um período breve, e em outros ocupam nada mais que uma frase.

A seguir serão apresentados quadros elaborados conforme os três grupos de classificação das referências que serão apresentadas em ordem numérica crescente e de acordo com as ocorrências do termo vice em seus textos. Os quadros permitirão ao leitor maior aproximação com os estudos analisados uma vez que eles apresentam títulos dos trabalhos, autor(es), ano de publicação e quantidade de citações ao termo buscado, contando também com breve resumo sobre a natureza das citações.



Quadro 1 – Primeiro grupo: estudos que mencionam o termo entre uma e cinco vezes.

Nº	Título	Vice <sup>27</sup>	Autor/ano	Considerações
1	A corrupção e a atuação do judiciário federal 1991.	1	LEVCOVITZ, Silvio. 2014.	Cita um artigo constitucional sobre a competência do Supremo Tribunal Federal (STF) em julgar nas infrações penais comuns o vice-presidente da República.
2	Caminhos para o poder: a seleção de candidatos a Deputado Federal nas eleições de 2010.	1	BOLOGNESI, Bruno. 2013.	Citado em nota de rodapé o partido de um ex-vice-presidente da República.
3	O empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa.	1	MANCUSO, Wagner Pralon. 2007.	Cita historicamente e de forma breve a influência empresarial na escolha dos candidatos aos cargos do Executivo Federal no caso brasileiro.
4	Partidos políticos e grupos de interesse: definições, atuação e vínculos.	1	MANCUSO, Wagner Pralon. 2004.	Cita um projeto de lei de autoria do ex-vice-presidente, Marco Maciel.
5	A política regional no Brasil: uma análise dos planos para o Nordeste.	1	ARRUDA, Danilo. 2011.	Cita historicamente, e de forma breve, um ex-vice-presidente brasileiro natural do Nordeste.
6	Existe uma nova direita no Brasil? Uma proposta de classificação e análise de seu perfil social.	1	ROEDER, Karolina Mattos. 2016.	Cita historicamente, e de forma breve, o ex-vice-presidente José de Alencar.
7	Pontos de contato ou de atrito? Documentos de defesa nacional do Brasil e dos Estados Unidos.	1	SVARTMAN, Eduardo Munhoz. 2012.	Cita historicamente o ex-vice-presidente José de Alencar em uma nota de rodapé.
8	Grupo de trabalho 2: instituições, elites e democracia.	1	MAYER, Rodrigo. 2009.	Cita entre as funções de um Diretório Nacional partidário, a de escolher os candidatos a presidente e vice-presidente da República pelo partido.
9	Política orçamentária, formação de interesses e corrupção no Brasil.	1	FILGUEIRAS, Fernando. (Ano não informado).	Cita em nota de rodapé um projeto elaborado pelo ex-vice-presidente José de Alencar.
10	O início da experiência republicana.	1	REIS, Arthur Cezar Ferreira. 1975.	Cita de forma breve a forma de eleição do presidente e do vice-

<sup>27</sup> Número de ocorrências do termo “vice” na íntegra das referências analisadas. Foram contabilizados os termos diretamente ligados à vice-presidência ou vice-presidente da República no contexto brasileiro. Termos ligados à vice-presidência de outras instituições, assim como os de qualquer outra natureza, que não a especificada acima, foram desprezados.

				presidente da República de acordo com o projeto Magalhães Castro.
11	As eleições para prefeito no Rio de Janeiro: uma análise sobre partidos, coligações e a política subnacional.	1	DOS SANTOS, Rodrigo Dolandeli; TRAVAGIN, Letícia Bona. 2015.	Cita uma legenda partidária criada pelo ex-vice-presidente José de Alencar.
12	Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: dilemas na elaboração de um dicionário de História Política.	1	BELOCH, Israel. 1978.	Cita a presença do cargo de vice-presidente da República entre as carreiras políticas presentes no Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro.
13	Mecanismo de alinhamento de preferências em governos multipartidários: controle de políticas públicas no presidencialismo brasileiro.	1	SILVA, Victor Augusto Araújo. 2017.	Cita historicamente o ex-vice-presidente José de Alencar em nota de rodapé.
14	A dimensão regional das estratégias partidárias em eleições proporcionais de lista aberta no Brasil.	1	SILOTTO, Grazielle Cristina. 2016.	Cita em nota de rodapé o artigo que define idade mínima para candidatura aos cargos de presidente e vice-presidente da República.
15	Análise de redes e políticas de juventude.	1	RODRIGUES, Júlia Alves Marinho. 2008.	Cita historicamente, e de forma breve, a participação de um ex-vice-presidente da República em evento de incentivo à instituições de ensino superior.
16	Esporte como política pública: um estudo sobre o processo de formulação da política de esporte no Brasil.	1	CARVALHO, César Machado et. al. 2013.	Cita a posse do ex-vice-presidente Itamar Franco como presidente em substituição à Fernando Collor.
17	O antes e o agora: determinantes da geografia do voto dos deputados estaduais baianos e seus partidos (2002-2010).	2	NUNES, Vladimir Meira. 2016.	Cita historicamente, e de forma breve, duas formações de chapas partidárias e seus candidatos à vice-presidência da República.
18	Visibilidade eleitoral: uma análise do enquadramento das revistas semanais sobre a candidatura de Heloísa Helena nas eleições presidenciais de 2006.	2	GONÇALVES, Nathalia Augusta et. al. 2010.	Cita historicamente, e de forma breve, a atuação de dois candidatos à vice-presidência da República.
19	A repercussão pública da participação do Brasil na Minustah (2004-2011).	2	GONÇALVES, Israel Aparecido et. al. 2012.	Cita historicamente, e de forma breve, a atuação do ex-vice-presidente José de Alencar em

				missão especial.
20	Tecnologia naval e política: o caso da Marinha brasileira na era dos contratorpedeiros, 1942-1970.	2	WALDMANN JÚNIOR, Ludolf et. al. 2013.	Uma das citações se refere historicamente ao ex-vice-presidente João Goulart em ocasião da tentativa de impedimento de sua posse como presidente. A outra se refere à um relatório utilizado como fonte bibliográfica.
21	O pluripartidarismo no Brasil-dimensões sócio-econômicas e regionais do recrutamento legislativo.	2	FLEISCHER, David V. 1981.	Cita historicamente, e de forma breve, duas candidaturas à vice-presidência da República.
22	Os preferidos das empresas: um estudo de determinantes do financiamento eleitoral empresarial.	2	MANCUSO, Wagner P.; SPECK, Bruno W. 2015.	Cita historicamente e de forma breve a ocorrência de doações empresariais em 2010 para as candidaturas nacionais de presidente e vice-presidente da República.
23	O PMDB no centro do sistema político brasileiro (1986-2010).	2	PASQUARELLI, Bruno; NETO, Fernando Augusto Bizzarro. 2012.	Cita historicamente, e de forma breve, a presença do PMDB nas eleições presidenciais de 1998 a 2010. Presença limitada ao lançamento de dois candidatos à vice-presidência da República.
24	O lugar do PMDB na política brasileira: o limite das tipologias partidárias	2	LAMEIRA, Rafael Fantinel; PERES, Paulo. 2015.	Cita historicamente, e de forma breve, dois candidatos à vice-presidência brasileira.
25	Jogo de imagens na página 2: estudo preliminar da lava jato nos editoriais da Gazeta do Povo.	2	ATHANÁSIO, Ester. 2017.	Cita historicamente, e de forma breve, o ex-vice-presidente, Michel Temer.
26	Os entraves da institucionalização do Parlamento do mercosul sob a perspectiva brasileira.	2	LEÃO, André P. F. 2017.	Cita historicamente, e de forma breve, o ex-vice-presidente Michel Temer. Cita em uma frase a semelhanças entre as regras eleitorais do Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL) e as brasileiras para ocupação dos cargos executivos.
27	Sistema eleitoral misto: um teste de implantação do modelo na eleição de 2010 para deputado federal do Rio Grande do Sul.	2	JÚNIOR, Lemmert; IRINEU, Círio. 2012.	Cita historicamente, e de forma breve, a eleição do presidente e do vice-presidente da República segundo o princípio majoritário.
28	Política e religião: o envolvimento dos católicos carismáticos na política brasileira.	2	REIS, Marcos Vinicius de Freitas et. al. 2011.	Cita historicamente, e de forma breve, dois ex-vice-presidentes da República.

29	A trajetória política tenen- tista enquanto processo: do Forte de Copacabana ao Clube 3 de Outubro (1922-1932).	2	VIVIANI, Fabrícia Carla et. al. 2009.	Cita historicamente, e de forma breve, dois ex-vice-presidentes brasileiros.
30	Perfil e recrutamento do secretariado municipal de São Carlos nas gestões PFL/DEM PT (1997/2004).	2	FONSECA, Mar- celo Buffa da et. al. 2012.	Cita historicamente, e de forma breve um candidato a vice- presidente da República.
31	Questão social no Brasil: uma análise sobre o deba- te nas décadas de 1920 e 1930.	2	BARBOSA, Aline Ramos. 2011.	Cita historicamente, e de forma breve, uma das negociações dos cargos de presidente e vice durante a Primeira República.
32	Celso Furtado e o plano trienal-a teoria do subde- senvolvimento e as refor- mas de base.	3	CABRAL, Fabio Luis et. al. 2010.	Cita historicamente, e de forma breve, o ex-vice-presidente, João Goulart, porém o estudo refere-se à análise do plano trienal elaborado por Celso Furtado durante seu go- verno como presidente.
33	Avaliando a literatura sobre o sistema presidencialista brasileiro pós 88. 2011.	3	SILVA, welton Alves da et. al. 2011.	Cita historicamente, e de forma breve, os vices que assumiram em ocasião da interrupção dos manda- tos presidenciais em democracias latino-americanas, incluindo o Bra- sil.
34	O Senado e a política ex- terna do governo do Parti- do dos Trabalhadores (2003-2012): a força do discurso parlamentar.	3	SILVA, Rodinei Tarciano et. al. 2013.	Cita historicamente, e de forma breve, fatos que envolvem o ex- vice-presidente José de Alencar.
35	A interpretação de Mário Pedrosa sobre a revolução de 1930 e o golpe de 1964.	3	BOAS, Vilas et. al. 2013.	Cita historicamente, e de forma breve, barganhas realizadas por João Goulart a fim de lançar sua candidatura à vice-presidência da República.
36	Coesão e disciplina parti- dária no Senado Federal.	3	PEREIRA NEIVA, Pedro Robson. 2011.	Cita historicamente, e de forma breve, uma relação entre a ocupa- ção de cargos políticos importantes (governador, ministro, presidente e vice-presidente da República) e o acúmulo de capital político por parte dos ocupantes e seus partidos.
37	Vargas e a gênese do sis- tema partidário brasileiro.	3	HIPPOLITO, Lu- cia. 2004.	Cita historicamente, e de forma breve, dois ex-vice-presidentes brasileiros.
38	Política versus maçonaria: qual é a relação entre elas na República Velha (1889-	3	VALENCIANO, Tiago. 2015.	Cita historicamente, e de forma breve, três ex-vice-presidentes bra- sileiros em tabela que expõe a car-

	1930).			reira dos Presidentes durante a República Velha.
39	A trajetória da Democracia Socialista: da fundação ao PT.	4	ANGELO, Vitor Amorim de et. al. 2007.	Cita historicamente, e de forma breve, o vice de Tancredo Neves, José Sarney.
40	Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro.	4	MIGUEL, Luís Felipe. 2003.	Cita historicamente, e de forma breve, políticos que foram vice-presidentes do Brasil durante exposição das carreiras de alguns políticos.
41	As Auditorias Militares no aparato repressor do regime ditatorial (1965-1968).	4	WANDERLEY, Erika Kubik da Costa et. al. 2009.	Cita o termo em artigos de atos institucionais elaborados durante o governo dos militares.
42	A democracia no pensamento político dos comunistas brasileiros (1979-1983).	4	RAMOS, Carlos Alexandre. 2013.	Cita historicamente, e de forma breve, durante análise sobre o Partido Comunista Brasileiro (PCB), alguns ex-vice-presidentes brasileiros.
43	Formação de coalizões, apoio legislativo e atuação partidária no presidencialismo brasileiro.	4	PASQUARELLI, Bruno Vicente Lippe et. al. 2011.	Cita alguns ex-vice-presidentes brasileiros em notas de rodapé.
44	Partidos e governos nas sombras: clareza de responsabilidade, responsabilização eleitoral e sistema partidário no Brasil.	4	REBELLO, Maurício Michel. 2013.	Cita historicamente, e de forma breve, três ex-vice-presidentes brasileiros e os ganhos eleitorais partidários oriundos da ocupação deste posto político.
45	A gênese e a institucionalização do Partido Republicano Brasileiro (PRB).	4	IVES, Diogo. 2017.	Cita historicamente, e de forma breve, o ex-vice-presidente José de Alencar.
46	Internet e campanhas eleitorais: experiências interativas nas cibercampanhas presidenciais do cone sul.	5	IASULAITIS, Sylvia et. al. 2012.	Embora não aprofunde o tema, relata fatos históricos sobre a relação partidária dos candidatos à presidência e vice-presidência da República.
47	Reforma política democrática: temas, atores e desafios.	5	BRESSER-PEREIRA, L. C.; IANONI, M. 2015.	Cita historicamente, e de forma breve, falas do ex-vice-presidente, Michel Temer, sobre a não necessidade de uma constituinte para a realização da reforma política.

Fonte: Do autor a partir das referências incluídas na revisão sistemática

Este primeiro quadro apresenta as características principais dos estudos que mencionam o termo vice entre uma e cinco vezes em quaisquer partes de seus textos. Entre as referências que compõem este grupo, as características encontradas

são parecidas. Em geral todos apresentam o termo citado em trechos que expressam fatos históricos isolados, em alguns casos correspondem a artigos, leis, projetos e outros conteúdos de natureza jurídica, em outros o termo é apresentado apenas em notas de rodapé. Há também a presença dele em pontos isolados espalhados pelo corpo do texto, sempre de forma breve e pontual, possuindo caráter expressivamente histórico, ou seja, em nenhum estudo do primeiro grupo são apresentadas análises político-institucionais sobre a vice-presidência da República, nem são levantadas questões sérias e aprofundadas sobre os desdobramentos históricos da atuação dos agentes políticos que compõem tal instituição.

Desprezando as referências que desenvolvem muito rasamente as citações ao termo buscado fazendo menções breves, históricas e com baixo teor de significância, destaco aquelas que apresentam material histórico interessante sobre o vice-presidente enquanto agente político e que embora não tomem a vice-presidência como temas centrais das análises, abordam o desempenho dos candidatos durante as eleições, dos vices no exercício de suas funções e daqueles que chegaram a assumir a presidência, fatos que permitem o levantamento de questões e problematizações que poderão ser unificadas em uma intensa agenda de pesquisa, a ser explorada a partir do presente momento na ciência política brasileira.

Um estudo de Mancuso intitulado *O empresariado como ator político no Brasil* (2007) expõe brevemente a ocorrência de influência por parte de empresas nacionais nas escolhas de candidatos a vice-presidente, ressaltando que algumas vezes, como já ocorreu na história, o candidato surge entre os membros do próprio empresariado. Tal fato expõe negociações entre empresas e partidos políticos que muito podem acrescentar às problematizações institucionais, uma vez que as consequências de tais alianças permitem certas influências na tomada de decisão do futuro governo. Outro estudo de Mancuso no mesmo sentido, intitulado *Os preferidos das empresas: um estudo de determinantes do financiamento eleitoral empresarial* (2015), estuda as relações surgidas das doações empresariais para as campanhas de deputados federais na eleição de 2010 e expõe que as empresas nacionais não se limitam apenas a este ator político, mas realizam também doações aos candidatos à presidência e vice-presidência da República, assim como para governadores e vice-governadores estaduais. Neste estudo o autor reafirma que um dos objetivos das empresas que financiam determinados candidatos durante as eleições é o de

influenciar as decisões futuramente tomadas no pós-eleição, ao longo dos mandatos daqueles que por gratidão levarão em consideração os interesses de seus financiadores. (Mueller, 2003 apud MANCUSO, 2010: 3). Tendo em vista que as empresas frequentemente doam para as campanhas presidenciais, o que inclui os candidatos à vice, pode-se esperar que momentos políticos decisivos que envolvem os vice-presidentes ao longo da história podem ter contado com a atuação ativa e intensa do empresariado nacional que lançou mão de suas posses econômicas para financiá-los. Em que medida tais fatos ocorreram? Quais os desdobramentos institucionais surgidos neste processo? Essas são questões que cabem à ciência política.

Outra questão interessante, colocada pelo estudo intitulado *Partidos e governos nas sombras: clareza de responsabilidade, responsabilização eleitoral e sistema partidário no Brasil* (REBELLO, 2013), é a possibilidade de ganhos eleitorais acumulados pelos candidatos e por seus partidos em virtude da posse de um cargo importante como o de vice-presidente. Tal ideia é complementada pelo estudo, *Coesão e disciplina partidária no Senado Federal* (PEREIRA NEIVA, 2011), que expõe que ter sido presidente, vice-presidente da República ou ministro, pode favorecer o parlamentar quando este estiver futuramente inserido em outras instâncias do governo, como o Senado Federal, por exemplo. Nesta casa, segundo o autor, a ocupação anterior do posto de vice-presidente, entre outros, conta e muito para aumentar a influência particular diante dos outros parlamentares presentes. Segundo este estudo, basta olharmos para a quantidade de senadores reconhecidamente importantes no cenário nacional e nos regionais de seus partidos para percebermos que muitos deles cumpriram mandatos anteriores em postos políticos considerados “superiores” na hierarquia parlamentar. Esta ideia gira em torno do conceito de capital político – frequentemente traduzido na maior capacidade de liderança – que pode ser adquirido em um período de mandato como vice-presidente da República.

Outro destaque, intitulado *Questão social no Brasil: uma análise sobre o debate nas décadas de 1920 e 1930* (BARBOSA, 2011), apresenta brevemente uma das características da negociação do cargo de vice-presidente durante a Primeira República e que apresenta a disputa estadual pelos cargos políticos do Poder Executivo. Veremos a frente, no segundo grupo, outra referência que menciona melhor este caso.

O último estudo a ser destacado neste primeiro grupo é intitulado *Avaliando a literatura sobre o sistema presidencialista brasileiro pós 88* (SILVA, 2011), que apresenta uma revisão da literatura sobre o presidencialismo brasileiro, com um exame detalhado, segundo o autor, sobre o sistema partidário e eleitoral, assim como sobre as implicações práticas de cada uma das instituições políticas. Todavia é curioso notar que, embora se trate de um estudo recente, propondo análise profunda sobre o funcionamento de instituições como o Congresso Nacional, o Poder Legislativo e o Executivo no presidencialismo brasileiro, o estudo cite a vice-presidência da República apenas três vezes em quadros que ilustram democracias interrompidas e as formas naturais de substituição dos chefes de governo e/ou Estado, em cada uma delas. Ou seja, um estudo que em 2011 considerou apresentar aspectos do presidencialismo brasileiro, que naquele momento contava com os poderes presidenciais como tema forte na literatura, entre outros, também pareceu desprezar a vice-presidência da República como elemento de caráter fundamental para o funcionamento do sistema de governo utilizado<sup>28</sup>.

É importante salientar que as referências destacadas nos parágrafos anteriores apenas trazem consigo informações históricas relevantes para suscitar problemas e hipóteses sobre o alcance da vice-presidência, a fim de que seja construída uma nova agenda de pesquisa que colabore com o avanço da ciência política brasileira. Todavia, como todas as outras referências que compuseram esta revisão, as destacadas citam casos factuais e elementares contando com pouco desenvolvimento analítico.

Quadro 2 – Segundo grupo: estudos que mencionam o termo buscado entre seis e dez vezes.

Nº	Título	vice	Autor/ano	Considerações
1	Voto: uma oferta de fé. O poder simbólico dos líderes religiosos e o comportamento eleitoral dos membros da igreja evangélica.	6	SOUZA, Julio Cesar Pereira de et. al. 2011.	Cita historicamente, e de forma breve, algumas alianças partidárias feitas para lançar candidaturas de presidentes e vice-presidentes da República.
2	A vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral e a posição política dos sema-	6	DE MENDONÇA, Daniel. 2005.	Cita historicamente, e de forma breve, alguns dos ex-vice-presidentes brasileiros.

<sup>28</sup> Vale ressaltar que a vice-presidência também não foi citada entre os temas tratados na literatura sobre presidencialismo brasileiro na ocasião em que o estudo foi produzido.



	nários Veja e Isto É1.			
3	Da hegemonia a uma conjuntura de crise política (1929-1932): a participação paulista.	6	PICCOLI, Matheus et. al. 2014.	Cita historicamente, e de forma breve, a presença de disputas estaduais pela vice-presidência durante a Primeira República.
4	Entre terra e mar: história e política na narrativa oficial das Forças Armadas brasileiras—os casos do Exército e da Marinha.	7	MANCUSO, Amanda Pinheiro. 2007.	Cita historicamente, e de forma breve, alguns causos envolvendo o ex-vice-presidente de Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto.
5	A crise no presidencialismo de coalizão e a janela partidária de 2016.	7	VIZIOLI, Thiago Pereira. 2017.	Cita historicamente, e de forma breve, alguns causos envolvendo o ex-vice-presidente Michel Temer.
6	A ascensão e queda de uma instituição: a SUDENE no sistema federativo brasileiro.	8	COLOMBO, Luciléia Aparecida et. al. 2012.	Cita historicamente, e de forma breve, a atuação da vice-presidência brasileira na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).
7	Cultura política e participação: as comunidades virtuais em debate.	9	MONTEIRO, Marco Aurélio et. al. 2013.	Cita historicamente, e de forma breve, um ex-vice-presidente da República na ocasião de seu falecimento.
8	Eleições presidenciais: centralidade, contexto e implicações.	10	DE LIMA JUNIOR, Olavo Brasil. 1999.	Cita historicamente, e de forma breve, alguns dos ex-vice-presidentes que alcançaram à presidência da República. Embora não aprofunde no tema o autor enfatiza a possibilidade de se associar instabilidade ao presidencialismo brasileiro, tendo em vista as rupturas ocorridas nos mandatos presidenciais por quaisquer motivos.
9	As organizações sindicais dos trabalhadores e o processo constituinte 1987-88: um estudo sobre a atuação do DIAP.	10	COSTA, Lucas Nascimento Ferraz et. al. 2013.	Cita historicamente, e de forma breve, alguns fatores que podem influenciar a escolha de candidatos à vice-presidência da República.

Fonte: Do autor a partir das referências incluídas na revisão sistemática

Das referências que compõem este segundo grupo – aquelas que mencionam o termo buscado entre seis e dez vezes – segue destacada primeiramente a que complementa a questão das disputas estaduais que, durante a Primeira República, visavam o poder de indicar o candidato a vice-presidente, tema citado brevemente em uma referência do primeiro grupo, exposto nos parágrafos anteriores. Desta vez,

o trabalho intitulado *Da hegemonia a uma conjuntura de crise política (1929-1932): a participação paulista* discorre sobre os pontos de tensão que propiciaram uma crise política em 1922, que acabou colaborando com o fim do sistema político vigente durante a República Velha. Nele o autor expõe, dentre três interpretações mais comuns – e que tratam das razões que tornaram célere a dissolução do governo –, uma que defende o momento inicial da crise como sendo aquele em que os estados do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, disputando o Poder Executivo através do alcance da vice-presidência da República, tiveram seus interesses frustrados em razão da escolha de um candidato a vice natural do estado do Maranhão (CASTRO, 1982 apud PICCOLI, 2014). Neste caso especificamente a frustração foi produto da vontade dos outros três estados que disputavam a vice-presidência. Ou seja, há quem argumente que, ao longo da história brasileira, houve ocasiões nas quais a escolha do vice-presidente repercutiu de modo a ocasionar adversidades suficientes para intensificar, ou mesmo iniciar, graves crises políticas.

Cabe observar que nos fatos históricos citados nas referências levantadas – em destaque as exploradas por trazerem casos de maior importância ao presente estudo – encontram-se ocasiões em que são relatados historicamente alguns dos processos de escolhas de candidatos aos postos do Executivo Federal, incluindo o de vice-presidente. De igual modo podem ser encontrados alguns dos fatores que influenciaram tais processos, como é relatado em um estudo intitulado *As organizações sindicais dos trabalhadores e o processo constituinte 1987-88: um estudo sobre a atuação do DIAP*, que discorre, exatamente como sugere o título, sobre a participação, no que diz respeito às questões trabalhistas, do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), no período anterior e durante a Constituinte de 1987/88. A certa altura o autor explicita um fato contado pelo Diretor Técnico do DIAP, Ulisses Riedel, no contexto em que Itamar Franco foi escolhido para ser o candidato a vice junto a Fernando Collor. Segundo o diretor, um jornalista que acompanhava Collor em sua candidatura e que não teve seu nome revelado disse que a escolha de Itamar Franco surgiu a partir de uma nota que este havia recebido do DIAP no livro *Quem foi Quem na Constituinte*, obra financiada à época por Geraldo Lima Bentes, presidente do DIAP na ocasião e que atribuía uma nota segundo critérios do DIAP para os membros da Assembleia Nacional Constituinte. Deste modo, outro nome cogitado para ser vice de Collor, Márcia Kubitscheck, havia recebido

nota muito inferior à de Itamar. Enquanto ela contava com nota igual a 3,75, tendo votado em muitas vezes contra os interesses sindicais, Itamar Franco desfrutava de nota 9 segundo os mesmos critérios, não pontuando apenas por ausência em uma sessão e não por ter votado contra interesses trabalhistas. De acordo com as palavras do jornalista, este fator foi essencial para a concretização da candidatura de Itamar (RESENDE, 2011 apud COSTA, 2013). O estudo discorre ainda sobre outras ações de lobby e suas influências na tomada de decisão do poder público. Exemplos como este – apesar de poucos e de caráter sumariamente histórico -- foram encontrados nas referências incluídas nesta revisão. Fato permite supor a existência de considerável material documental sobre o qual os cientistas políticos interessados no tema podem se debruçar a fim de retirar dele bons objetos e problemas de pesquisa.

A última referência destacada neste grupo, intitulada *Eleições presidenciais: centralidade e implicações*, discorre também de forma breve sobre alguns elementos fundamentais ao funcionamento do sistema presidencialista brasileiro. Particularidades como a dinâmica do voto e os aspectos constitucionais do governo brasileiro são apresentadas e desenvolvidas neste estudo. Segundo o autor, uma das questões centrais para a compreensão da natureza do presidencialismo brasileiro seria a evidência de certa instabilidade associada a ele devido à quantidade de interrupções no processo democrático através do impedimento de mandatos presidenciais e das crises suscitadas antes, durante ou após tais interrupções. De forma similar à utilizada para escrever o capítulo 2 deste estudo – porém com menor profundidade – esta referência apresenta as vezes em que um mandato presidencial foi interrompido, considerando todas as formas de substituição e sucessão aplicadas ao cargo de presidente da República ao longo da história. Diz o autor:

A instabilidade associada ao cargo presidencial, por razões as mais variadas, parece ser uma constante da vida pública do país: dos presidentes eleitos em situação democrática, três faleceram antes de tomar posse, um foi duramente impedido de fazê-lo, e só tomou posse através de um contragolpe militar, um suicidou-se no cargo e dois foram impedidos de terminar seus mandatos. Ênfase a instabilidade do exercício do mandato presidencial – que advém de razões variadas – e não do sistema presidencialista de governo, aspecto do qual não me ocuparei aqui (LIMA JUNIOR, 1999: 15).

O trecho citado ilustra um pouco do que tenho defendido acerca da negligência acadêmica lançada à vice-presidência mediante sua importância no âmbito institucional.

Uma análise profunda sobre tal instância, que estude desde os aspectos elementares, como a escolha e lançamento dos candidatos a vice, até a atuação dos candidatos eleitos no governo, possibilitará maior compreensão sobre as razões que causam instabilidade no sistema aqui adotado. Talvez a atuação de um vice possa ser considerada uma variável independente, entre outras influentes, neste processo que cria cenários de desequilíbrio político e que por vezes influenciou na dinâmica política do Brasil. Encerro aqui a breve apresentação das referências destacadas entre as que compuseram o segundo grupo.

Quadro 3 - Terceiro grupo: estudos que mencionam o termo buscado mais de dez vezes.

Nº	Título	vice	Autor/ano	Considerações
1	Disputas oligárquicas: as práticas políticas das elites mato-grossenses 1892-1906.	11	ARRUDA, Larissa Rodrigues Vacari de et. al. 2014.	Cita historicamente, e de forma breve, fatos que envolvem o governo do ex-vice-presidente, Floriano Peixoto, como presidente da República.
2	Do local para o nacional: o Orçamento Participativo e as novas práticas políticas petistas.	12	SOUZA, Luciana Andressa Martins de et. al. 2010.	Cita historicamente, e de forma breve, alguns candidatos indicados à vice-presidência da República pelo Partido dos Trabalhadores (PT) ao longo das últimas eleições.
3	A radiodifusão no Brasil e a ditadura militar: o governo Médici.	15	SILVA, Maurício Ferreira da et. al. 2007.	Cita historicamente, e de forma breve, alguns ex-vice-presidentes brasileiros que cumpriram mandato durante o governo dos militares e nas transições iniciais e finais do regime.
4	O PCB e o movimento nacionalista e democrático (Novos Rumos 1959-1961).	32	AGUENA, Maurício Salgado et. al. 2004.	Cita fatos sumariamente históricos que envolvem principalmente o ex-vice-presidente João Goulart, como a tentativa dos militares em impedir sua posse como presidente.

Fonte: Do autor a partir das referências incluídas na revisão sistemática

Como se observa a partir da leitura das considerações sobre a natureza das citações presentes nos quatro estudos que compõem este último grupo e contrariando a expectativa otimista formulada sobre ele, descrita alguns parágrafos atrás, as referências que tiveram maiores ocorrências de citações diretamente ligadas à vice-presidência ou ao vice-presidente revelam – como em todas as outras – exposições

factuais elementares que fazem uso dos vices como complemento aos estudos voltados a outros focos. Isso não impede que os cientistas políticos possam retirar de tal conjunto de citações material que favoreça a formação de uma reflexão analítica de viés institucional e que pode certamente ser mais bem explorada no interior da ciência política.

### 3.3. Considerações sobre os achados

Apresentados os resultados da revisão, voltemos agora a tratar das questões formuladas no início deste capítulo sobre o estado da produção acadêmica aqui abordada. A primeira pretendia considerar em que medida a vice-presidência, ou qualquer aspecto dela, seria tratada como tema principal nos estudos. A esta questão a resposta é simples. Como pôde ser observado, nenhum dos estudos levantados apresentou esta instituição republicana como tema principal, de modo que sua aparição nas referências esteve limitada a alusões. Em razão deste resultado e em resposta à segunda questão, deve-se considerar que problemas acerca do desempenho político dos vice-presidentes foram suscitados, porém nenhum caso apresentou análises aprofundadas sobre eles, menos ainda explicações para suas causas ou mecanismos. Sobre a questão que tratava do aumento ou diminuição de tais estudos, no caso da existência de uma literatura específica, pode-se considerar que a ciência política brasileira – que por algum motivo não percebeu a expressiva participação dos vice-presidentes para a dinâmica de governo nacional – permanece estagnada em termos de análises que considerem as consequências institucionais do desempenho destes atores. Logo, conclui-se que muito possivelmente não há corrente científica, dentro da ciência política brasileira, que se ocupe dessa instância de governo levantando questões e fazendo uso dos paradigmas próprios da área para estudá-la. Apesar do demonstrado grau de negligência, ressalto que boa parte das referências analisadas contém elementos históricos que podem ser utilizados para suscitar questões que darão início a novos trabalhos. Estes, por sua vez, preencherão as lacunas que envolvem os vice-presidentes do Brasil.

#### 4. PROTAGONISTAS NA HISTÓRIA, COADJUVANTES NA CIÊNCIA POLÍTICA NACIONAL

Embora as referências analisadas não tenham trazido exatamente o que se pretendia encontrar – estudos sistemáticos na área da Ciência Política sobre a vice-presidência e mais especificamente o vice-presidente, produzidos a partir da análise institucional – não se pode deixar de lado os aspectos importantes das relações que envolvem o vice-presidente brasileiro, abordados por elas. Como bem se observa no capítulo anterior, a escolha partidária dos candidatos a vice para o posto no Executivo Federal é um processo que sofre influências estaduais, empresariais, intrapartidárias, interpartidárias, e de outras instituições dos mais diversos tipos, como no exemplo que envolve o DIAP na escolha de Itamar Franco para vice de Collor. Em tais processos evidencia-se a busca pelo poder realizada por aqueles que possuem ávidos interesses em influenciar as decisões públicas através da participação direta no Executivo, ocupando o cargo ou influenciando as decisões do vice-presidente. Todavia, este não é o único aspecto a ser tomado como variável que interfere na dinâmica da instituição. Além disso, as regras formais presentes na Constituição e as informais inerentes às instituições democráticas também causam desfechos específicos (PERES, 2008). Logo, é necessário produzir estudos políticos que, assim como o Direito, se ocupem da vice-presidência brasileira principalmente a partir desse olhar institucional, tratando a princípio dos aspectos constitucionais para em seguida partir para a análise dos desdobramentos da legislação sobre o todo da lógica política e, se possível, comparar as especificidades institucionais brasileiras com aquelas encontradas nos mais diversos contextos estatais em que tal instituição política possa existir.

Um exemplo de estudo que aborda o desdobramento das regras institucionais na atuação do vice-presidente no Brasil é a referência intitulada *O papel decorativo do vice-presidente da República e a (des)continuidade político-ideológica pós-impeachment*<sup>29</sup>. Este estudo apresentou algo que se esperava encontrar entre as referências levantadas, uma análise do cargo de vice-presidente que propõe demonstrar características constitucionais de seu desempenho no governo, apresen-

---

<sup>29</sup> Referência excluída da revisão por caracterizar estudo de outra área do conhecimento, o Direito.

tando suas ações mediante sucessões ou substituições presidenciais ao longo da história. Nele o autor defende que a figura do vice é ignorada essencialmente durante as eleições, considerando ter papel ativo no cumprimento de suas funções. Sua preocupação está especificamente voltada para a crise institucional ocasionada após o impeachment da Presidente Dilma. Durante a análise deste episódio são enfatizados os aspectos mais gerais da posse de Michel Temer, o vice. O material utilizado neste estudo foi levantado entre a legislação relacionada e os fundamentos da doutrina norte-americana sobre o tema. Sua conclusão coloca a origem dos problemas surgidos com o vice na chamada “falsa participação democrática”, ocorrida a partir do desconhecimento das características essenciais dos candidatos por parte dos eleitores. Este fato ocorre especificamente devido à regra eleitoral formal expressa na CF de 1988<sup>30</sup>, que determina a eleição conjunta de presidente e vice-presidente a partir de um único voto. É esta a condição que, segundo Bezerra, cria toda a problemática que envolve as atuações de um vice-presidente (BEZERRA, 2017). Ou seja, vemos um claro exemplo no qual um autor compreende um problema de ordem prática como sendo produto direto da regra eleitoral associando as crises institucionais aos momentos de substituições ou sucessões presidenciais, suscitando inclusive que sejam feitos outros estudos que compreendam a relevância da vice-presidência a fim de evitar futuras tensões e desequilíbrios em nossas instituições. Contudo, deve ser lembrado que apesar de sua análise tratar das regras do jogo – determinantes para os diferentes resultados de cada lógica de processo decisório (IMMERGUT 1996) – às quais se submetem a vice-presidência, tal estudo não parte da abordagem institucionalista presente na Ciência Política, sendo produto exclusivamente produzido pelo Direito enquanto área de conhecimento.

Sobre o papel de um vice-presidente, Pierre Bourdieu (2004) muito possivelmente diria que somente poderemos compreender de fato a ação de tal ator político à medida que conhecemos seu desempenho no interior do local no qual ele age, ou seja, a medida que conhecemos a lógica de funcionamento da vice-presidência no contexto do sistema presidencialista. Por este motivo enfatizo que uma das saídas utilizadas para corrigir a negligência acadêmica dedicada ao tema seja fazer uso do institucionalismo que - longe de ser o paradigma perfeito, ou o melhor possível

---

<sup>30</sup> Artigo 77 da CF de 1988.

(Chalmers, 1993) – permitirá, contudo explicações mais elaboradas – dadas por cientistas políticos - sobre as regras de funcionamento desta instituição e dos desdobramentos destas regras no comportamento de seus atores políticos e nos demais por ela influenciados.

A esta altura o leitor deve se perguntar o porquê do estudo institucional ser aqui evocado para corrigir a negligência científica devotada à vice-presidência. Explico. De acordo com teóricos desta escola, as instituições têm poder explicativo tanto nos momentos de estabilidade quanto nos de vicissitudes e a elas devem-se todas as decisões políticas (IMMERGUT, 1992; PERES, 2008). Ou seja, elas são capazes de explicar por que governos com aspectos similares podem apresentar resultados absolutamente díspares em eventos políticos semelhantes. A defesa desta corrente de pensamento, que remonta a Aristóteles e suas análises sobre as constituições atenienses (IDEM, 2008), se origina em razão da capacidade das instituições políticas em estabelecerem as normas do próprio universo político. Segundo Ellen Immergut, *“o conjunto dessas normas institucionais determina lógicas distintas de tomada de decisão, que definem os parâmetros de ação do governo e da influência dos grupos de interesse”* (IDEM, 1992: 2). O que de forma clara significa dizer que as regras do jogo político influenciam diretamente a construção da identidade dos atores políticos e conseqüentemente suas tomadas de posições. A análise institucional permite ainda considerar os aspectos comportamentais dos atores políticos (HALL; TAYLOR, 2003). Deste modo, a análise institucional certamente encontrará respostas para as especificidades da dinâmica brasileira que cercam atuações históricas como as citadas no capítulo 2 deste trabalho, situações nas quais as regras formais e informais foram cruciais para desfechos políticos importantes se realizassem.

Algumas destas especificidades foram demonstradas ao longo da revisão sistemática aqui realizada. Para ilustrar cito a referência intitulada *A crise no presidencialismo de coalizão e a janela partidária de 2016*, que identificou certo “estranhamento” entre PT e PMDB como sendo uma das traduções possíveis da baixa governabilidade apresentada naquele momento pelo governo Dilma (VIZIOLI, 2017). Tal estudo descreve claramente o confronto entre dois atores que disputaram a presidência da República. Uma análise institucional, segundo as ideias expressas por Immergut (1992), permitiria estabelecer relações entre as “regras do jogo” naquele momento e as decisões tomadas por Temer, por exemplo, sem desprezar ainda a atuação dos



grupos de interesses que naquele momento visavam aprovar ou bloquear os “planos de ação” do governo. A ruptura na dinâmica democrática como a ocorrida no caso entre Dilma e Temer permite retomar uma discussão clássica da ciência política exposta por Stuart Mill que diz respeito à unicidade do Poder Executivo. Ideia bem ilustrada no trecho a seguir, da obra *O Federalista*, que considera haver certa inconveniência no Poder Executivo do qual participem muitos membros. Dizem eles: “*Quanto mais numeroso for o corpo de que emanarem os atos do poder executivo, tanto mais eles se ressentirão dos inconvenientes opostos*” (HAMILTON; MADISON; JAYO, 1896: 99)<sup>31</sup>. Da mesma forma como no passado os estudiosos aprofundaram análises sobre os ministros de Estado enquanto membros do Poder Executivo, cabe analisarmos agora a presença do vice.

Em outra referência aqui analisada houve quem tenha demonstrado que a escolha do candidato a ocupar o posto de vice-presidente engendrou crise política, estabelecida no país em 1922. A exposição sugere que a disputa estadual pela vice-presidência da República naquele momento foi o elemento chave que deu abertura à crise por meio de uma reação republicana, dos estados concorrentes, contra o estado do Maranhão, que fora escolhido para indicar entre os seus cidadãos o novo vice-presidente da República. Crise esta que só se fez agravar. Se a hipótese apresentada é ou não verdadeira não importa, o que importa mesmo é saber que ao longo da história outras crises ocorreram de modo que podem ser seguramente atribuídas à lógica de funcionamento institucional.

Deste modo, e de acordo com a abordagem institucionalista, as regras que tratam da sucessão e ou substituição dos presidentes, que determinam se um vice será ou não eleito na chapa do presidente, que condicionam a indicação dos candidatos a vice pelos partidos políticos, assim como as atribuições, competências e condições constitucionais necessárias ao cargo, são fundamentais para explicar o modo como estes atores se comportam. Contudo salienta-se que as realidades que cercam as instituições políticas não são produtos de desdobramentos fiéis do texto legislativo. Em algumas ocasiões o texto constitucional promove um desfecho significativo no

---

<sup>31</sup> Sobre esta ótica cabe citar que em meados da década de 1950, juristas brasileiros despertavam questões sobre a unidade do Poder Executivo em razão da presença dos Ministros de Estado que atuavam junto ao presidente. Segundo eles o Poder Executivo deveria ser compreendido somente na figura do presidente da República e a nenhuma outra (SILVA, 1952).

cenário político<sup>32</sup>, mas em muitas outras os fenômenos reais apresentados fogem às intenções dos legisladores (ROCHA, 1998). Isto ocorre em razão da vontade humana, à qual, segundo John Stuart Mill, é devida toda a origem e existência das instituições políticas (MILL, 1981). A ocorrência deste fenômeno coloca em questão o ordenamento jurídico, sua construção e as posteriores reformas do texto que visam adequá-lo à realidade. Deste modo as regras eleitorais devem ser estudadas em detalhe a fim de que se verifique como os diferentes arranjos utilizados ao longo das eleições brasileiras condicionaram a atuação dos atores nelas envolvidos, especialmente os vice-presidentes.

Um adendo sobre como o processo eleitoral vem sendo reformulado ao longo do tempo para ser adequado à realidade pode ser encontrado no episódio ocorrido a partir de 18 de setembro de 1946, quando a vice-presidência da República tornou a ser figura existente no Brasil após doze anos de extinção<sup>33</sup>. No texto, a eleição do vice que aparecia desvinculada daquela que elegia o presidente, fora posteriormente alterada após a emenda constitucional nº 9 de 22 de julho de 1964. Esta última em sua redação considerava eleito o vice em função do presidente com ele registrado. De um ponto de vista jurídico, a emenda foi pensada para manter alinhados os interesses do presidente aos de seu vice, evitando que a oposição entre ambos pudesse influenciar consideravelmente os fenômenos políticos a ponto de promover uma crise institucional, fato que certamente desestabiliza qualquer governo.

A eleição do presidente implica automaticamente a eleição do vice-presidente com ele registrado, que sequer é votado. Foi o mecanismo que o sistema constitucional engendrou para evitar que o vice-presidente eleito pertença a partido de oposição ao presidente, como não poucas vezes acontecera, desde Floriano Peixoto. (SILVA, 1990. p. 468 apud ROCHA, 1998).

Todavia faz-se necessário lembrar o adágio que diz que para toda regra há uma exceção. No caso da alteração citada vale lembrar que a mesma não impediu

---

<sup>32</sup> Cabe salientar que, não fosse o Texto Constitucional vigente na ocasião em que Delfim Moreira substituiu Rodrigues Alves na presidência da República, o mesmo teria terminado o período de mandato presidencial que caberia à Rodrigues Alves ao invés de interinamente assumir o posto a fim de tão somente garantir a convocação de novo pleito. Fato exigido pelo artigo 42 da CF/1981. Vide apêndice A.

<sup>33</sup> O cargo de vice-presidente havia sido extinto na CF de 1934 e retornou na CF de 1946.

os inconvenientes entre o vice Café Filho e o presidente Getúlio Vargas, ou entre o vice Temer e a presidente Dilma, originados a partir do conflito latente entre seus interesses e ocorridos apesar da emenda constitucional que visava justamente resolver este impasse através da eleição em chapa única garantindo uma espécie de “fidelidade” compartilhada por todos os membros da aliança.

Indo além deve-se atentar para o fato de que durante o Império já eram realizadas alterações na legislação eleitoral, e em geral, um dos principais motivos para isso era garantir maioria aos partidos governistas (BRASIL, 2014: 22). Vale lembrar inclusive que em alguns momentos da história a legislação fora transformada para favorecer ou impedir a posse dos vice-presidentes<sup>34</sup> e nos mesmos termos o direito ao voto fora garantido e vetado desde a proclamação da República. Tais alterações, sempre ocasionarão desfechos diferentes por inserirem mudanças institucionais de grande expressividade na dinâmica política brasileira.

### 1.1. Conclusão

De acordo com o jurista Paulo Bonavides (2000), o objeto da ciência política é composto pelos estudos sobre acontecimentos, instituições e ideias políticas. Tal objeto possui o poder como eixo central. Deste modo é esperado dos cientistas políticos brasileiros, principalmente dos que realizam estudos institucionais, que apresentem análises que deem conta das nossas instituições políticas, especialmente àquelas que mais se aproximam do centro real de poder, a presidência e a vice-presidência da República. É curioso notar, porém, que apesar de tal expectativa, as referências aqui analisadas apenas vislumbraram questões importantes e ainda mal compreendidas sobre as implicações reais da vice-presidência no sistema de governo brasileiro. Ressalto que todas apresentaram pouco ou nenhum desenvolvimento sobre os assuntos mencionados. A partir deste fato e pensando em quão complexa é a resposta sobre o resultado da combinação entre presidencialismo, multipartidarismo, federalismo e sistema majoritário no governo brasileiro, mais complexidade

---

<sup>34</sup> Como exemplo temos o citado caso do civil Pedro Aleixo impedido de assumir a presidência da República pelo AI-16 de outubro de 1969.

será encontrada após serem acrescentados fatores não menos importantes, como os aspectos mais elementares da lógica de funcionamento da vice-presidência, assim como os desdobramentos das ações do vice no universo político.

Por fim, esperava-se encontrar uma quantidade razoável de referências que seguissem o padrão do estudo intitulado, *Vicepresidentes em América del Sur: una agenda de investigación*<sup>35</sup>, que é o que de melhor foi encontrado durante a revisão, por pertencer à Ciência Política e propor uma abordagem institucional, visando formar uma agenda de pesquisa sobre a instituição da vice-presidência no Continente Sul-americano, ressaltando a negligência acadêmica direcionada ao tema também por meio de revisão da literatura que comparou as produções norte e sul-americana<sup>36</sup>. Nele o autor analisa com maiores detalhes os países da América do Sul que apresentam o vice-presidente, as regras do jogo político em cada um destes países e os desfechos encontrados neles em determinados momentos históricos (BIDEGAIN, 2017). Todavia na busca realizada foram encontradas inúmeras referências que, embora produzidas por cientistas políticos brasileiros, mencionam poucos fatos elementares sobre a vice-presidência da República ou sobre o papel do vice-presidente, sempre de forma indireta e em muitas vezes sucinta, o que caracteriza a provável não existência da literatura político-institucional sobre o tema.

Como proposta de superação da visão do vice-presidente como protagonista da história e coadjuvante da ciência política brasileira – e agora pode ser dito, da América do Sul – foi sugerido lançar mão da utilização da abordagem institucional que além de buscar explicações sobre os processos que criam e mantêm as instituições (HALL; TAYLOR, 2003) se ocupará também do comportamento dos atores políticos a fim de discorrer sobre as relações entre suas condutas e os distintos desfechos por elas implicados. Deste modo o institucionalismo pode realmente ser muito eficaz no aprofundamento das análises que considerem a vice-presidência da República no sistema presidencialista brasileiro. Fato que irá colaborar para que novos aspectos de nossas instituições sejam apreciados ao dar conta das questões, entre muitas outras, que foram preliminarmente abordadas neste trabalho, como quais variáveis influenciam as escolhas dos candidatos à vice-presidência da República. Quais as

---

<sup>35</sup> Referência excluída da revisão por caracterizar estudo publicado em outro idioma, o espanhol.

<sup>36</sup> Saliento que em virtude da língua original de publicação deste estudo (espanhol) o resumo aqui descrito fora elaborado a partir de tradução rústica realizada de forma independente.

consequências futuras de tais influências? Como elas agem sobre o comportamento do vice-presidente? Quais são os desdobramentos das regras formais e informais sobre tal comportamento? E também, quais objetivos estão em jogo nas alianças partidárias realizadas a fim de lançarem candidatos às eleições majoritárias<sup>37</sup>? Perguntas ainda à espera de respostas e discussão sistemática.

---

<sup>37</sup> Ressalto que atualmente e em várias ocasiões, os partidos políticos fazem alianças e escolhem seus candidatos por razões não consideradas nobres por estudiosos como, por exemplo, para aumentar o tempo da chapa no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), ou para negociar participações futuras do partido que acrescentou maior apoio à chapa através da indicação de seus membros a postos importantes do governo, como o de vice-presidente da República.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. **Vice-presidente civil foi impedido de assumir.** Senado notícias, Agência Senado, Brasília, 27 mar. 2014. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/03/27/vice-presidente-civil-foi-impedido-de-assumir>>. Acesso em 17 abr. 2018.

ARRUDA, Roldão. **General conta como garantiu a posse de Sarney na Presidência.** In: Estadão [recurso eletrônico] 14 Jan. 2015. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/general-counta-como-garantiu-a-posse-de-sarney-na-presidencia/>>. Acesso em: 04 maio 2018.

AUTRAN, M. M. Marynice. et. al. **Revisão Sistemática: Desvelando a Gestão do Conhecimento nos Anais do ENANCIB.** In Biblionline, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 84-100. 2016.

BEZERRA, Tiago José de Souza Lima. **O PAPEL DECORATIVO DO VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, E A (DES) CONTINUIDADE POLÍTICO-IDEOLÓGICA PÓS-IMPEACHMENT.** 2017.

BIDEGAIN, Germán. "**Vicepresidentes en América del Sur: una agenda de investigación**", *Colombia Internacional*, 89. 2017.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Eleições no Brasil: uma história de 500 anos** / Ane Ferrari Ramos Cajado, Thiago Dornelles, Amanda Camylla Pereira. – Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2014. 100 p.; il. Disponível em: <[http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/704/eleicoes\\_brasil\\_historia.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/704/eleicoes_brasil_historia.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em abril de 2018.

\_\_\_\_\_. **Constituição (1891). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil** [recurso eletrônico]: Texto constitucional promulgado em 24 de fevereiro de 1891, consolidado até a Emenda Constitucional de 3 de setembro de 1926. – Rio de Janeiro: Sala das Sessões do Congresso Nacional Constituinte, 1891. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm)>. Acesso em 9 mar. 2018

\_\_\_\_\_. **Constituição (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil** [recurso eletrônico]: Texto constitucional promulgado em 16 de julho de 1934. – Rio de Janeiro: Sala das Sessões da Assembleia Nacional Constituinte, 1934. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)>. Acesso em 9 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **Constituição (1946). Constituição dos Estados Unidos do Brasil** [recurso eletrônico]: Texto constitucional promulgado em 18 de setembro de 1946, conso-

lidade até a Emenda Constitucional nº 21/1966. – Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm)>. Acesso em 9 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil** [recurso eletrônico]: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, consolidado até a Emenda Constitucional nº 83/2014. – Brasília, DF: Senado **Federal**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 9 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **Ato Institucional nº 1, de 09 de abril de 1964** [recurso eletrônico]: Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. – Rio de Janeiro, RJ. 1964. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm)>. Acesso em 10 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968** [recurso eletrônico]: Dispõe sobre os poderes do Presidente da República e dá outras providências. – Brasília, DF: Senado **Federal**. 1968. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm)>. Acesso em 10 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **Ato Institucional nº 12, de 1º de setembro de 1969** [recurso eletrônico]: Dispõe sobre o exercício temporário das funções de Presidente da República pelos Ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, enquanto durar o impedimento, por motivo de saúde, do Marechal Arthur da Costa e Silva, e dá outras providências. – Rio de Janeiro, 1969. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-12-69.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-12-69.htm)>. Acesso em 10 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969** [recurso eletrônico]: Declara a vacância dos cargos e fixa data para eleições e posse de Presidente e Vice-presidente da República, e dá outras providências. – Brasília. 1969. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-16-69.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-16-69.htm)>. Acesso em 12 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **Emenda Constitucional nº 9, de 1964** [recurso eletrônico]: Altera os artigos 38, 39, 41, 45, 81, 82, 83, 95, 132, 138 e 203 e dá outras providências. – Brasília. 1964. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1960-1969/emendaconstitucional-9-22-julho-1964-363037-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 12 mar. 2018.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. São Paulo. 10 ed. 9ª tiragem. p. 616, Malheiros Editores, abr. 2000. ISBN 85-7420-023-9: [recurso eletrônico] Disponível em: <<https://docs.google.com/a/fcarp.edu.br/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZmNhcnAuZW R1LmJyG51cGVkaXxneDozZDIyY2FIMTQ4ZDIxYzBh>>

BOURDIEU, Pierre, 1930-2002. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico** / Pierre Bourdieu, texto revisto pelo autor com a colabo-

ração de Patrick Champagne e Etienne Landais; trad. Denice Barbara Catani. – São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

CHALMERS, A. F. **O que é a ciência afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1993.

CÔRTE; FERREIRA, M.; PINTO. **Verbetes Nilo Peçanha**. In: ABREU, Alzira Alves de. Et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: FGV. CPDOC. 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PE%C3%87ANHA,%20Nilo.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2001.

\_\_\_\_\_. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1995.

FERREIRA, Manoel Gonçalves. **A missão do poder executivo no estado contemporâneo**. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 117, p. 29-49, nov. 1974. ISSN 2238-5177. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/40112>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

FILHO, F. B. Dalson. et. al. **O que é, para que serve e como se faz uma meta-análise?**. Brasília, DF. ago. 2014.

FOLHA DE S. PAULO. **“Ninguém vota em vice”, diz Alencar ao lado de Temer**. Fev. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0302201015.htm>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **O acordo PT-PMDB**. Out. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2210200901.htm>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Vice não influencia voto para 58%, diz Datafolha**. PRESIDENTE 40 ELEIÇÕES 2010. Jul. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0507201007.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **Cotado para 2018, Meirelles diz que ‘esse negócio de vice é interessante’**. Out. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/10/1931479-cotado-para-2018-meirelles-diz-que-esse-negocio-de-vice-e-interessante.shtml>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **Em carta, Temer acusa Dilma de mentir e sabotar o PMDB**. Dez. 2015. Disponível em:



<<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1716221-temer-escreve-carta-em-tom-de-desabafo-a-dilma.shtml>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

GRALEB, Carlos. **Itamar Franco: o presidente que surpreendeu o Brasil**. In Revista Veja. 2 jul. 2011. [recurso eletrônico] Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/itamar-franco-o-presidente-que-surpreendeu-o-brasil/>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

GOIS, Chico de; IGLESIAS, S. **O lado B dos candidatos**. Rio de Janeiro. LEYA, 2014.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R.. **As três versões do neo-institucionalismo**. Lua Nova, São Paulo, n. 58, p. 193-223, 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452003000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452003000100010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 28 maio 2018.

IMMERGUT, Ellen M. **As regras do jogo: a lógica da política de saúde na França, na Suíça e na Suécia**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 30, n. 11, p. 139-163, 1996.

KELLER, Vilma. **João Café Filho**. In: ABREU, Alzira Alves de. et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-cafe-filho>>. Acesso em: 01 maio 2018.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. **Verbete Rodrigues Alves**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. In: ABREU, Alzira Alves de. Et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: FGV. CPDOC. 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ALVES,%20Rodrigues.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

LEMONS, Renata. **Verbete Floriano**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. In. ABREU, Alzira Alves de. Et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – FGV. CPDOC**. 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PEIXOTO,%20Floriano.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

MILL, John Stuart, 1806-1873. **O Governo Representativo**. Trad. De Manoel Inocêncio de L. Santos Jr. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.

MUGNAINI, Rogério; STREHL, Letícia. **Recuperação e impacto da produção científica na era Google: uma análise comparativa entre o Google Acadêmico e a Web of Science**. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, n. Esp, 2008.

NETO, Lira. **Getúlio: Da volta pela consagração popular ao suicídio (1945-1954)**. Lira Neto. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

PERES, Paulo Sérgio. **Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política**. Revista brasileira de ciências sociais, v. 23, n. 68, 2008.

PINHEIRO, Xavier et. al. **Marechal Floriano (O consolidador da República Brasileira)**; – Comemoração ao V ano da sua morte – Culto cívico de republicanos-florianistas intransigentes. Rio de Janeiro: Laemmert & Cia, 1900.

PLANALTO. **Biografia da ex-presidente Dilma Rousseff**. Portal do Planalto, Presidência da República, Brasília, 31 ago. 2011. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/presidenta/biografia>>. Acesso em 04 maio 2018.

\_\_\_\_\_. **Biografia Michel Temer, presidente da República**. Portal do Planalto, Presidência da República, Brasília, 12 maio 2016. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/biografia>>. Acesso em 04 maio 2018.

ROCHA, Maria Elizabeth Guimarães Teixeira. **A reelegibilidade dos Vices e a desincompatibilização à luz da Emenda Constitucional nº 16/97**. Revista de informação legislativa, Brasília a. 35 n. 137, p. 23-30, jan/mar., 1998. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/329>>. Acesso em 12 fev. 2018.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de Revisão Sistemática: Um Guia para Síntese Criteriosa da Evidência Científica. In: Revista Brasileira de Fisioterapia. São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan/fev. 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVEIRA, Matilde. **Itamar começou a montar governo um mês antes do impeachment de Collor**. 27 abr. 2016. In O Globo. [recurso eletrônico] Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/itamar-comecou-montar-governo-um-mes-antes-do-impeachment-de-collor-19180527#ixzz5IGzws4KB>>. Acesso em 23 abr. 2018.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castelo Branco, 1930-1964** / Thomas E. Skidmore; apresentação de Francisco de Assis; tradução coordenada por Ismênia Tunes Dantas. – 7ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOARES, Manoel de Jesus A. **As Escolas de Aprendizes Artífices – estrutura e evolução**. In: Biblioteca Digital. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. FGV. CPDOC. Rio de Janeiro, 1982. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/fe/article/viewFile/60628/58869>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Verbetes Afonso Pena**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. In. ABREU, Alzira Alves de. Et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** – FGV. CPDOC. 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PENA,%20Afonso.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Delfim Moreira**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. In. ABREU, Alzira Alves de. Et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** – FGV. CPDOC. 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MOREIRA,%20Delfim.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

**Apêndice A –**  
**Vice-Presidente da República no contexto da Constituição Federal de 1891**

CF	ATRIBUIÇÕES	ELEIÇÃO
1891	<p>Presidia o Senado Federal possuindo apenas o voto de qualidade. Era substituído pelo vice-presidente da mesma casa. Art. 32. CF/91</p> <p>Como presidente do Senado, o vice-presidente da República deveria promulgar as leis não promulgadas no prazo oficial pelo Presidente da República. Art. 38. CF/91</p> <p>Era o primeiro a substituir o Presidente da República em caso de impedimento e sucedê-lo em caso de falta. § 1º Art. 41. CF/91</p> <p>Não poderia deixar o território nacional sem a permissão do Congresso, sob a pena de perder o cargo. Art. 45. CF/91</p>	<p>Eleito simultaneamente com o presidente da República. Porém, por meio de dois votos distintos. § 1º Art. 41. CF/91 &amp; Art. 37. Lei nº 35, de 26 de janeiro de 1892</p> <p>Eleito por sufrágio direto e maioria absoluta de votos. (O Congresso decidia em casos de empate e na falta de candidatos com maioria de votos). Art. 47. &amp; § 2º do referido artigo. CF/91</p> <p>Eram condições essenciais para o cargo: ser brasileiro nato, estar no exercício dos direitos políticos e ser maior de trinta e cinco anos. § 3º Art. 41. CF/91</p> <p>No caso de vaga, da presidência ou vice, nova eleição era convocada caso não tivessem decorrido dois anos do período presidencial. Art. 42. CF/91</p> <p>O vice que exercesse a presidência no último ano do mandato não poderia ser eleito presidente no período subsequente. § 1º Art. 43. CF/91</p> <p>Eram inelegíveis:</p> <p>Os ministros de Estado e os parentes consanguíneos e afins, nos 1º e 2º graus, do vice em exercício no momento da eleição ou que tivesse deixado o cargo até seis meses antes. § 4º Art. 47. &amp; Art. 50. CF/91</p>
<b>DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS CF/91</b>		
<p>Os primeiros, Presidente e Vice-Presidente da República foram eleitos pelo Congresso no momento seguinte à promulgação da Constituição por meio de dois votos distintos. Art. 1. &amp; § 1º do referido artigo Disposições Transitórias CF/91</p>		

Fonte: Elaborada pelo autor. Adaptação da *Constituição Federal Brasileira 1891*.

**Apêndice B –**  
**Vice-Presidente da República no contexto da Constituição Federal de 1946**

CF	ATRIBUIÇÕES	ELEIÇÃO
1946	<p>Presidia o Senado Federal possuindo apenas voto de qualidade. Art. 61. CF/46</p> <p>Como presidente do Senado, o vice-presidente da República deveria promulgar as leis não promulgadas no prazo oficial pelo Presidente da República. § 4º Art. 70. CF/46</p> <p>Era o primeiro a substituir o Presidente da República em caso de impedimento e sucedê-lo em caso de vaga. Art. 79. CF/46</p> <p>Exercia o cargo por cinco anos. Art. 82. CF/46</p> <p>Não poderia deixar o território nacional sem a permissão do Congresso, sob a pena de perder o cargo. Art. 85. CF/46</p> <p>Tomava posse em sessão do Congresso Nacional, ou na falta dele, perante o Supremo Tribunal Federal, prometendo manter, defender e cumprir a Constituição da República. Art. 83. &amp; Parágrafo único CF/46</p> <p>Caso não tomasse posse em 30 dias, salvo por motivo de doença, o cargo era declarado vago pelo Tribunal Superior Eleitoral. Art. 84. CF/46</p>	<p>Eleito simultaneamente com o presidente da República. Porém, por meio de dois votos distintos. Art. 81. CF/46 &amp; Art. 4. Da lei nº 1.395, de 13 de julho de 1951</p> <p>Eram condições essenciais para o cargo: ser brasileiro (art. 129, nº s I e II), estar no exercício dos direitos políticos e ser maior de trinta e cinco anos. § 3º Art. 41. CF/91</p> <p>O candidato a vice poderia ser registrado por mais de uma circunscrição. Art. 51. Lei nº 1.164, de 24 de julho de 1950</p> <p>Vagando os cargos de presidente e vice-presidente da República, era convocada nova eleição para ambos os cargos 60 dias após aberta a última vaga. Se as vagas ocorressem na segunda metade do período presidencial, a eleição era realizada pelo Congresso Nacional 30 dias após aberta a última vaga. § 2º Art. 79. CF/46</p> <p>Eram inelegíveis:</p> <p>O vice em exercício no momento da eleição, assim como seus sucessores, ou quem, dentro de seis meses anteriores ao pleito, o tenha substituído.</p> <p>Os cônjuges e os parentes consanguíneos e afins, até o 2º grau, do vice em exercício.</p> <p>Até seis meses depois de afastados definitivamente das funções: os governadores, os interventores federais, os ministros de Estado e o prefeito do Distrito Federal.</p> <p>Até três meses depois de cessadas definitivamente as funções: os ministros do Supremo Tribunal Federal e o procurador geral da República, os chefes de estado-maior, os juizes, o procurador-geral e os procuradores regionais da Justiça Eleitoral, os secretários de Estado e os chefes de polícia. Art. 139 S I CF/46 &amp; Art. 140. S I CF/46</p>
<b>DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS CF/46</b>		
<p>O primeiro vice deveria ser eleito por voto secreto pela Assembleia Constituinte, em primeiro turno, por maioria absoluta de votos, ou em segundo, por maioria relativa, no dia seguinte à promulgação desta Constituição. Nesta eleição não houve inelegibilidades. O vice tomaria posse perante a Assembleia, na mesma data de sua eleição, ou perante o Senado Federal. Art. 1. &amp; §§ 1º e 2º Disposições Transitórias CF/46</p>		

Fonte: Elaborada pelo autor. Adaptação da *Constituição Federal Brasileira 1946*.

**Apêndice C –**  
**Vice-Presidente da República no contexto do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964**

AI-1	ATRIBUIÇÕES	ELEIÇÃO
1964	As atribuições do Vice-Presidente previstas no Texto Constitucional promulgado em 1946 foram mantidas neste ato Art. 1. AI-1	<p>Eleito simultaneamente como presidente por maioria absoluta de votos pelos membros do Congresso Nacional em sessão pública e votação nominal.</p> <p>O primeiro vice foi eleito dentro de dois dias a contar a partir da data de publicação deste ato. Art. 2. AI-1</p> <p>A eleição do Presidente implicava a eleição do vice, registrado junto a ele em chapa única e indivisível, ainda que resultante de uma aliança entre partidos. Art. 178. &amp; Art. 91. Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965</p> <p>Caso nenhum candidato alcançasse maioria absoluta, outra eleição era realizada no mesmo dia, considerando eleito o candidato que obtivesse maioria simples de votos, prosseguindo com a eleição desta forma em caso de empate, até que um dos candidatos alcançasse essa maioria. § 1º Art. 2. AI-1</p> <p>Para esta eleição não havia inelegibilidades. § 2º Art. 2. AI-1</p> <p>Não era permitido o registro de candidato por mais de uma circunscrição ou para mais de um cargo na mesma circunscrição. Art. 88. Da lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965</p>
<b>DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS LEI Nº 4.737</b>		
<p>Este ato não alterava a situação das candidaturas à vice-presidência da República, desde que resultantes de convenções partidárias regulares e já registradas ou em processo de registro, salvo nos casos de ocorrência de outros motivos de ordem legal ou constitucional que as prejudicassem. Art. 381 Disposições Transitórias Lei nº 4.737</p> <p>Se o registro requerido referisse isoladamente a vice-presidente da República, a validade respectiva dependia da complementação da chapa conjunta na forma e prazos previstos neste código. Parágrafo único Art. 381 Disposições Transitórias Lei nº 4.737</p>		

Fonte: Elaborada pelo autor. Adaptação do *AI-1 de abril de 1964*.

**Apêndice D –**  
**Vice-Presidente da República no contexto da Constituição Federal de 1967**

CF	ATRIBUIÇÕES	ELEIÇÃO
1967	<p>Era o primeiro a substituir o Presidente da República em caso de impedimento e sucedê-lo em caso de vaga. Art. 79. CF/67</p> <p>Presidia o Congresso Nacional possuindo apenas voto de qualidade.</p> <p>Poderia possuir outras atribuições conferidas por meio de lei complementar. § 2º Art. 79. CF/67</p> <p>Era membro do Conselho de Segurança Nacional § 1º Art. 90. CF/67</p> <p>Não poderia deixar o território nacional sem licença do Congresso, sob a pena de perder o cargo. Art. 82. CF/67</p>	<p>Eleito junto ao presidente com ele registrado e para igual período de mandato. § 1º Art. 79. CF/67</p> <p>Esta eleição era realizada por um Colégio Eleitoral composto pelos membros do Congresso Nacional e Delegados indicados pelas Assembleias Legislativas dos estados. Art. 76. &amp; § 1º CF/67</p> <p>Eram condições essenciais para o cargo: ser brasileiro nato, estar no exercício dos direitos políticos e ser maior de trinta e cinco anos. Art. 75. S I II e III CF/67</p> <p>Caso o presidente ou o vice, salvo por motivo de força maior, não assumissem o cargo em até 10 dias após a data fixada para a sua posse, os cargo seriam declarados vagos pelo Congresso Nacional. § 2º Art. 78 CF/67</p> <p>Vagando os cargos do Executivo, era convocada nova eleição 30 dias após aberta a última vaga, e os eleitos deveriam completar os mandatos de seus antecessores. Art. 81 CF/67</p> <p>Eram inelegíveis ao cargo: O presidente que exercesse o cargo, por qualquer tempo, no período imediatamente anterior, ou qualquer um que o tenha substituído dentro dos seis meses anteriores à eleição.</p> <p>Até seis meses depois de afastados definitivamente das funções: os ministros de Estado, Governadores, Interventores Federais, Ministros do STF, Procurador Geral da República, Comandante de Exército, Chefes de Estado-Maior da Armada, do Exército e da Aeronáutica, Prefeitos, Juízes, membros do Ministério Público Eleitoral, Chefe da Casa Militar da Presidência da República, secretários de estado, o responsável pela direção geral da Polícia Federal e os chefes de polícia, os Presidentes Diretores e Superintendentes de sociedades de economia mista, autarquias e empresas públicas federais. O cônjuge e os parentes, consanguíneos ou afins, até o 3º grau, ou por adoção, do vice em exercício ou daquele que o tenha substituído. Art. 146. S I CF/67</p>

Fonte: Elaborada pelo autor. Adaptação da *Constituição Federal Brasileira 1967*.

## Apêndice E –

### Vice-Presidente da República no contexto da Constituição Federal de 1988

CF	ATRIBUIÇÕES	ELEIÇÃO
1988	<p>Primeiro a substituir o Presidente da República em caso de impedimento e sucedê-lo em caso de vaga. Art. 79. CF/88</p> <p>Auxilia o Presidente da República em missões especiais sempre que convocado, possuindo outras atribuições que lhe forem conferidas por lei complementar. Parágrafo único Art. 79. CF/88</p> <p>Compõe o Conselho da República (Órgão superior de consulta do Presidente da República) Art. 89. CF/88</p> <p>Compõe o Conselho de Defesa Nacional (Órgão de consulta do Presidente da República acerca da soberania nacional e defesa do Estado democrático) Art. 91. CF/88</p> <p>Tomava posse em sessão do Congresso Nacional, prometendo manter, defender e cumprir a Constituição da República. Art. 78. CF/88</p> <p>Caso não tome posse em 10 dias, salvo por motivo de força maior, o cargo é declarado vago. Parágrafo único Art. 78. CF/88</p>	<p>Eleito junto ao presidente com ele registrado por partido político ou coligação, por meio de sufrágio universal, direto e secreto. §§ 1º e 2º Art. 77. CF/88</p> <p>Se nenhum candidato alcançar maioria absoluta, nova eleição é convocada (segundo turno), sendo disputada apenas entre os dois candidatos mais votados no primeiro, sendo eleito aquele que tiver maioria dos votos válidos. § 3º Art. 77. CF/88</p> <p>Se, antes do segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, outro candidato mais votado entre os remanescentes deve ser convocado. Se houver empate entre os remanescentes a serem convocados, qualificar-se-á o mais idoso. § 4º Art. 77. CF/88</p> <p>Vagando os cargos de presidente e vice, nova eleição deverá ser convocada 90 dias após aberta a última vaga. Art. 81. CF/88</p> <p>Ocorrendo vacância nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei. Os eleitos deverão completar o período de seus antecessores. §§ 1º e 2º Art. 81. CF/88</p> <p>Eram condições essenciais para o cargo: ser brasileiro nato, estar no exercício dos direitos políticos, ser maior de trinta e cinco anos e possuir filiação partidária. § 3º Art. 14. CF/88</p> <p>Era proibida a sua reeleição para o período presidencial subsequente § 5º Art. 14. CF/88</p>

Fonte: Elaborada pelo autor. Adaptação da *Constituição Federal Brasileira 1988*.



## Apêndice F –

### Referências incluídas após a primeira fase do processo de revisão sistemática

- ARRUDA, Larissa Rodrigues Vacari de et al. Disputas oligárquicas: as práticas políticas das elites mato-grossenses 1892-1906. 2014.
- PASQUARELLI, Bruno Vicente Lippe et al. Formação de coalizões, apoio legislativo e atuação partidária no presidencialismo brasileiro. 2011.
- AGUENA, Maurício Salgado et al. O PCB e o movimento nacionalista e democrático (Novos Rumos 1959-1961). 2004.
- SILVA, Maurício Ferreira da et al. A radiodifusão no Brasil e a ditadura militar: o governo Médici. 2007.
- COLOMBO, Luciléia Aparecida et al. A ascensão e queda de uma instituição: a SUDENE no sistema federativo brasileiro. 2012.
- SILVA, Rodinei Tarciano et al. O Senado e a política externa do governo do Partido dos Trabalhadores (2003-2012): a força do discurso parlamentar. 2013.
- SILVA, Welton Alves da et al. Avaliando a literatura sobre o sistema presidencialista brasileiro pós 88. 2011.
- PICCOLI, Matheus et al. Da hegemonia a uma conjuntura de crise política (1929-1932): a participação paulista. 2014.
- VIVIANI, Fabrícia Carla et al. A trajetória política tenentista enquanto processo: do Forte de Copacabana ao Clube 3 de Outubro (1922-1932). 2009.
- MONTEIRO, Marco Aurélio et al. Cultura política e participação: as comunidades virtuais em debate. 2013.
- CABRAL, Fabio Luis et al. Celso Furtado e o plano trienal-a teoria do subdesenvolvimento e as reformas de base. 2010.
- WANDERLEY, Erika Kubik da Costa et al. As Auditorias Militares no aparato repressor do regime ditatorial (1965-1968). 2009.
- GONÇALVES, Nathalia Augusta et al. Visibilidade eleitoral: uma análise do enquadramento das revistas semanais sobre a candidatura de Heloísa Helena nas eleições presidenciais de 2006. 2010.
- REIS, Marcos Vinicius de Freitas et al. Política e religião: o envolvimento dos católicos carismáticos na política brasileira. 2011.

- SOUZA, Luciana Andressa Martins de et al. Do local para o nacional: o Orçamento Participativo e as novas práticas políticas petistas. 2010.
- GONÇALVES, Israel Aparecido et al. A repercussão pública da participação do Brasil na Minustah (2004-2011). 2012.
- WALDMANN JUNIOR, Ludolf et al. Tecnologia naval e política: o caso da Marinha brasileira na era dos contratorpedeiros, 1942-1970. 2013.
- COSTA, Lucas Nascimento Ferraz et al. As organizações sindicais dos trabalhadores e o processo constituinte 1987-88: um estudo sobre a atuação do DIAP. 2013.
- FONSECA, Marcelo Buffa da et al. Perfil e recrutamento do secretariado municipal de São Carlos nas gestões PFL/DEM PT (1997/2004). 2012.
- RAMOS, Carlos Alexandre. A democracia no pensamento político dos comunistas brasileiros (1979-1983). 2013. 272 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.
- BARBOSA, Aline Ramos. Questão social no Brasil: uma análise sobre o debate nas décadas de 1920 e 1930. 2011. 118 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.
- CARVALHO, César Machado et al. Esporte como política pública: um estudo sobre o processo de formulação da política de esporte no Brasil. 2013.
- IASULAITIS, Sylvia et al. Internet e campanhas eleitorais: experiências interativas nas cibercampanhas presidenciais do cone sul. 2012.
- LEVCOVITZ, Silvio. A corrupção e a atuação do judiciário federal 1991. 2014. 166 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.
- BOAS, Vilas et al. A interpretação de Mário Pedrosa sobre a revolução de 1930 e o golpe de 1964. 2013.
- ANGELO, Vitor Amorim de et al. A trajetória da Democracia Socialista: da fundação ao PT. 2007.
- BOLOGNESI, Bruno. Caminhos para o poder: a seleção de candidatos a Deputado Federal nas eleições de 2010. 2013.
- SOUZA, Julio Cesar Pereira de et al. Voto: uma oferta de fé. O poder simbólico dos líderes religiosos e o comportamento eleitoral dos membros da igreja evangélica. 2011.

- MANCUSO, Amanda Pinheiro. Entre terra e mar: história e política na narrativa oficial das Forças Armadas brasileiras—os casos do Exército e da Marinha. São Carlos, 2007. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-UFSCar.
- MANCUSO, Wagner Pralon. O EMPRESARIADO COMO ATOR POLÍTICO NO BRASIL: BALANÇO DA LITERATURA E AGENDA DE PESQUISA. Revista de Sociologia e Política, n. 28, 2007.
- DE LIMA JUNIOR, Olavo Brasil. Eleições presidenciais: centralidade, contexto e implicações. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 14, p. 11, 1999.
- MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. 2003.
- FLEISCHER, David V. O pluripartidarismo no Brasil-dimensões sócio-econômicas e regionais do recrutamento legislativo. Revista de Ciência Política, v. 24, n. 1, p. 49-75, 1981.
- PEREIRA NEIVA, Pedro Robson. Coesão e disciplina partidária no Senado Federal. Dados-Revista de Ciências Sociais, v. 54, n. 2, 2011.
- DE MENDONÇA, Daniel. A vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral e a posição política dos semanários Veja e Isto É1. Alceu: revista de comunicação, cultura e política, n. 10-11, p. 164, 2005.
- MANCUSO, Wagner P.; SPECK, Bruno W. Os preferidos das empresas: um estudo de determinantes do financiamento eleitoral empresarial. Empresários, desenvolvimento, cultura e democracia. Curitiba: Editora da UFPR, p. 185-195, 2015.
- MANCUSO, Wagner Pralon. Partidos políticos e grupos de interesse: definições, atuação e vínculos. Leviathan (São Paulo), n. 1, p. 395-407, 2004.
- PASQUARELLI, Bruno; NETO, Fernando Augusto Bizzarro. O PMDB no centro do sistema político brasileiro (1986-2010). 2012.
- ARRUDA, Danilo. A política regional no Brasil: uma análise dos planos para o Nordeste. Cadernos do Desenvolvimento, p. 61, 2011.
- LAMEIRA, Rafael Fantinel; PERES, Paulo. O lugar do PMDB na política brasileira: o limite das tipologias partidárias. Anais do, v. 1.
- HIPPOLITO, Lucia. Vargas e a gênese do sistema partidário brasileiro. Anos 90, v. 11, n. 19, 2004.

- ROEDER, Karolina Mattos; HORIZONTE, Belo. Existe uma nova direita no Brasil? Uma proposta de classificação e análise de seu perfil social. 10º Encontro da Associação Política de Ciência Política (ABCP). Belo Horizonte—MG. p, p. 1-29, 2016.
- SVARTMAN, Eduardo Munhoz. Pontos de contato ou de atrito?: documentos de defesa nacional do Brasil e dos Estados Unidos. Conjuntura Austral. Porto Alegre, RS. Vol. 3, n. 11 (abr./maio 2012), p. 24-38, 2012.
- MAYER, Rodrigo. GRUPO DE TRABALHO 2 INSTITUIÇÕES, ELITES E DEMOCRACIA.
- ATHANÁSIO, Ester. JOGO DE IMAGENS NA PÁGINA 2: ESTUDO PRELIMINAR DA LAVA JATO NOS EDITORIAIS DA GAZETA DO POVO. Revista Eletrônica de Ciência Política, v. 8, n. 1, 2017.
- FILGUEIRAS, Fernando. POLÍTICA ORÇAMENTÁRIA, FORMAÇÃO DE INTERESSES E CORRUPÇÃO NO BRASIL.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. ; IANONI, M. Reforma política democrática: temas, atores e desafios (organizador). Fundação Perseu Abramo, 2015.
- VALENCIANO, Tiago. Política versus maçonaria: qual é a relação entre elas na República Velha (1889-1930)
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. O início da experiência republicana. Revista de Ciência Política, v. 18, n. 2, p. 32-39, 1975.
- LEÃO, André PF. Os entraves da institucionalização do Parlamento do mercosul sob a perspectiva brasileira.
- VIZIOLI, Thiago Pereira. A crise no presidencialismo de coalizão e a janela partidária de 2016. 2017.
- IVES, Diogo. A gênese e a institucionalização do Partido Republicano Brasileiro (PRB). Missões: Revista de Ciências Humanas e Sociais, v. 2, n. 1, 2017.
- DOS SANTOS, Rodrigo Dolandeli; TRAVAGIN, Letícia Bona. As eleições para prefeito no Rio de Janeiro: uma análise sobre partidos, coligações e a política subnacional. Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política, v. 24, n. 2, 2015.
- BELOCH, Israel. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: dilemas na elaboração de um dicionário de História Política. Revista de Ciência Política, v. 21, n. 3, p. 29-52, 1978.

- SILVA, Victor Augusto Araújo. Mecanismo de alinhamento de preferências em governos multipartidários: controle de políticas públicas no presidencialismo brasileiro. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- JÚNIOR, Lemmertz; IRINEU, Círio. Sistema eleitoral misto: um teste de implantação do modelo na eleição de 2010 para deputado federal do Rio Grande do Sul. 2012.
- REBELLO, Maurício Michel. Partidos e governos nas sombras: clareza de responsabilidade, responsabilização eleitoral e sistema partidário no Brasil. 2013.
- SILOTTO, Grazielle Cristina. A dimensão regional das estratégias partidárias em eleições proporcionais de lista aberta no Brasil. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- NUNES, Vladimir Meira. O antes e o agora: determinantes da geografia do voto dos deputados estaduais baianos e seus partidos (2002-2010). 2016.
- RODRIGUES, Júlia Alves Marinho. Análise de redes e políticas de juventude. 2008.

## Apêndice G –

### Referências excluídas durante a primeira fase do processo de revisão sistemática

- JULIAN, Erica Ambiel et al. A internacionalização de empresas brasileiras e recrutamento de seus executivos: estudo de caso do grupo Gerdau. 2013.  
**Motivo da exclusão: menciona vice-presidência de outras instituições.**
- ARTUR, Karen et al. O novo poder normativo do TST: dissídios individuais e atores coletivos. 2009.  
**Motivo da exclusão: menciona vice-presidência de outras instituições.**
- TROIANO, Mariele et al. As associações empresariais e o processo constituinte de 1987-88. 2012.  
**Motivo da exclusão: menciona vice-presidência de outras instituições.**
- SEROTINI, André et al. Tribunal constitucional: uma proposta da Ordem dos Advogados do Brasil na constituinte de 1987/88. 2014.  
**Motivo da exclusão: menciona vice-presidência de outras instituições**
- OLIVEIRA, Ueber José de et al. Configuração Político-Partidária do Estado do Espírito Santo no contexto do Regime Militar: Um estudo regional acerca das trajetórias de arena e mdb (1964-1982). 2013.  
**Motivo da exclusão: menciona vice-presidência de outras instituições.**
- CARVALHO, Adriana Duarte de Souza et al. A efetivação dos direitos à saúde pública: uma análise do poder judiciário no Brasil. 2013.  
**Motivo da exclusão: menciona vice-presidência de outras instituições.**
- MERENDI, Izaura Peghim et al. Justificando intervenções: a política externa norte americana e a América Latina. 2007.  
**Motivo da exclusão: menciona vice-presidência de outras instituições.**
- COLOMBO, Luciléia Aparecida et al. Federalismo e reforma tributária no governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). 2008.  
**Motivo da exclusão: menciona vice-presidência de outras instituições.**
- BOTELHO, Ronaldo Martins. Entre cercas, barracos e manchetes: uma análise sobre o problema agrário na agenda da mídia do sudoeste do Paraná. 2005.  
**Motivo da exclusão: menciona vice-presidência de outras instituições.**

- FREITAS, Lígia Barros de et al. Direito e política na constituição dos direitos do trabalho: a trajetória institucional do TST desde 1946 e seus debates doutrinários do último governo militar à constituinte de 87/88. 2006.  
**Motivo da exclusão: menciona vice-presidência de outras instituições.**
- ORLANDINI, Romulo Augusto et al. O discurso eleitoral da Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo na campanha eleitoral de 2010. 2012.  
**Motivo da exclusão: menciona vice-presidência de outras instituições.**
- AUGUSTINHO, Aline Michele Nascimento et al. Revisitando o movimento estudantil de 1968: a trajetória dos estudantes do interior paulista. 2010.  
**Motivo da exclusão: menciona vice-presidência de outras instituições.**
- AYRES, Carla Simara Luciana da Silva et al. Desafios e peculiaridades do PT do Paraná: uma análise da cultura política dos dirigentes petistas. 2013.  
**Motivo da exclusão: menciona vice-presidência de outras instituições.**
- RUGGIERO JUNIOR, Nelson et al. A Atuação do vereador na Câmara Municipal de Araraquara: processo legislativo em dois momentos. 2005.  
**Motivo da exclusão: menciona vice-presidência de outras instituições.**
- ANTONIO, Gabriel Henrique Burnatelli de et al. Igreja Universal e democracia no Brasil: uma abordagem sobre as transformações do fenômeno político contemporâneo. 2011.  
**Motivo da exclusão: menciona vice-presidência de outras instituições.**
- KLEINAS, Alberto et al. A morte de Vladimir Herzog e a luta contra a ditadura: a desconstrução do suicídio. 2012.  
**Motivo da exclusão: não menciona os termos buscados.**
- RIBEIRO, Pedro José Floriano et al. Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005. 2008.  
**Motivo da exclusão: menciona vice-presidência de outras instituições.**
- MAZOCCO, Fabricio José et al. Política de C&T e comunicação: patentes como instrumento de divulgação. 2014.  
**Motivo da exclusão: menciona vice-presidência de outras instituições.**
- LEITE, Leonardo Queiroz et al. Um empreendedor de políticas públicas em ação: Bresser Pereira e a reforma da administração pública de 1995 no Brasil. 2014.  
**Motivo da exclusão: menciona vice-presidência de outras instituições.**

- ALENCAR JÚNIOR, Moacir Pereira et al. Plínio Corrêa de Oliveira: pensamento católico e ação política na era Vargas (1930-1945). 2014.

**Motivo da exclusão: menciona vice-presidência de outras instituições.**

- CABRAL, Rafael Lamera et al. Constituição e sociedade: uma análise sobre a (re) formulação da arquitetura do Estado-Nação na Assembleia Nacional Constituinte de 1933. 2010.

**Motivo da exclusão: não menciona os termos buscados.**

- RODRIGUES, Diego de Freitas et al. Desenho institucional, poliarquia decisória e formulação da política de mudanças climáticas no Brasil: estudo de caso da comissão interministerial de mudança global do clima. 2013.

**Motivo da exclusão: menciona vice-presidência de outras instituições.**

- MARTINS, Thais Joi et al. Desejo, necessidade e realidade: os marcadores culturais e econômicos e suas implicações ocupacionais para o grupo profissional de engenheiros de produção no Brasil. 2015.

**Motivo da exclusão: menciona vice-presidência de outras instituições.**

- SANTOS, Rodrigo dos et al. O desempenho institucional do Executivo no Legislativo entre 2002 e 2006. 2007.

**Motivo da exclusão: não menciona os termos buscados.**

- MANTOVANE, Solange Aparecida. A política de governo eletrônico no Brasil: uma análise dos governos FHC e Lula. 2012.

**Motivo da exclusão: não menciona os termos buscados.**

- TOR, Luís Leonardo et al. Supremo Tribunal Federal e as regras do jogo: a limitação constitucional de juro e a atuação da corte. 2012.

**Motivo da exclusão: não menciona os termos buscados.**

- CAPACLE, Camila et al. A política social de economia solidária: um estudo de caso do município de São Carlos. 2010.

**Motivo da exclusão: não menciona os termos buscados.**

- PIRES, Mônica Sodré et al. O Congresso Nacional e sua participação no combate às atividades ilícitas no Brasil (1988-2010). 2012.

**Motivo da exclusão: não menciona os termos buscados.**

- LOPES, Maira Gonçalves et al. Instituições participativas: audiências públicas para revisão do plano diretor no município de Araraquara. 2014.

**Motivo da exclusão: não menciona os termos buscados.**



- MARQUES, José Elias Domingos Costa et al. Na busca dos novos líderes: o processo de construção de candidaturas ao legislativo municipal aspectos teóricos e um estudo de caso. 2007.

**Motivo da exclusão: menciona vice-presidência de outras instituições.**

- SILVA, Lucas Ambrósio Lopes da et al. A construção federal da intersectorialidade na política de desenvolvimento social brasileira: o caso do programa bolsa família. 2013.

**Motivo da exclusão: não menciona os termos buscados.**

- PEREIRA, David da Silva et al. Jurisprudência e política no Supremo Tribunal Federal: a omissão inconstitucional nas decisões de mandado de injunção (1988-2010). 2013.

**Motivo da exclusão: menciona vice-presidência de outras instituições.**

- LIMA, Rosângela Novaes et al. De Barbalho a Gueiros: clientelismo e política educacional no Pará, 1983-1990. 1995.

**Motivo da exclusão: não menciona os termos buscados.**

- CHIARELLI, João Rodrigues et al. Inserção japonesa sobre a Ásia através de instituições de cooperação e fomento: modelo para o Brasil na sua consolidação na América do Sul. 2013.

**Motivo da exclusão: não menciona os termos buscados.**

- SILVA, Rodrigo Umbelino da. O Sistema judiciário brasileiro e o reconhecimento de identidades sociais. 2011.

**Motivo da exclusão: não menciona os termos buscados.**

- BARBOSA, Gisele Heloíse et al. Democracia participativa no Brasil: A Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (1997-2007). 2012.

**Motivo da exclusão: não menciona os termos buscados.**

- SOARES, Alessandra Guimarães et al. O Congresso Nacional brasileiro e os direitos humanos no pós-redemocratização (1988-2010). 2012.

**Motivo da exclusão: não menciona os termos buscados.**

- MARINELLO, Rita de Cássia Laude et al. Lobby: uma revisão crítica da literatura brasileira (1994-2007). 2010.

**Motivo da exclusão: não menciona os termos buscados.**

- TARGA, Leandro Garcez et al. A politização do direito na magistratura: ativismo jurídico via associativismo de juízes, uma análise da AJD e da militân-

cia pelos direitos humanos. 2010.

**Motivo da exclusão: não menciona os termos buscados.**

- MIGUEL, Antonia Celene. A inspeção do trabalho no governo FHC: uma análise sobre a política de fiscalização do trabalho. 2004.

**Motivo da exclusão: não menciona os termos buscados.**

- BACK, Adalberto Gregório et al. Política climática paulistana: agenda em contínuo aprimoramento. 2012.

**Motivo da exclusão: não menciona os termos buscados.**

- MAGRINI, Flávia Mello et al. Conferências de políticas para as mulheres: potencialidades e limites participativos. 2012.

**Motivo da exclusão: não menciona os termos buscados.**

- BRASIL, Felipe Gonçalves et al. Instituições participativas e políticas públicas: uma nova literatura para a agenda de pesquisa. 2013.

**Motivo da exclusão: não menciona os termos buscados.**

- GUMIERO, Rafael Gonçalves et al. Diálogo das teses do subdesenvolvimento de Rostow, Nurkse e Myrdal com a teoria do desenvolvimento de Celso Furtado. 2011.

**Motivo da exclusão: não menciona os termos buscados.**

- FERREZIN, Carla Cristina Wrbieta et al. A recepção de Clausewitz no exército brasileiro: da guerra fria ao pós-guerra fria. 2012.

**Motivo da exclusão: não menciona os termos buscados.**

- LAPORTA, Daniel Osterreicher et al. Empresário e dependência no pensamento político de Fernando Henrique Cardoso (1957-1967). 2010.

**Motivo da exclusão: não menciona os termos buscados.**

- MELO, Martiniano Borges de et al. Raízes das instituições políticas brasileiras: indivíduo e estado brasileiro no pensamento político de Sérgio Buarque de Holanda e Oliveira Vianna. 2013.

**Motivo da exclusão: não menciona os termos buscados.**

- ROMAGNOLI, Alexandre José et al. O Programa Minha Casa, Minha Vida na política habitacional brasileira: continuidades, inovações e retrocessos. 2012.

**Motivo da exclusão: não menciona os termos buscados.**

- PINTO, Gustavo Louis Henrique et al. Metamorfoses do rural no pensamento de Celso Furtado (1948-1964). 2012.

**Motivo da exclusão: não menciona os termos buscados.**

- CAVA, Roberta et al. Esfera pública e meio ambiente. 2011.

**Motivo da exclusão: não menciona os termos buscados.**

- CAGNIN, Isabela Fagundes et al. Da união para os municípios? Os desafios da intersectorialidade na gestão e implementação local do Programa Bolsa Família (Estado São Paulo/2006-2013). 2017.

**Motivo da exclusão: não menciona os termos buscados.**

- ZAMBELLO, Aline Vanessa et al. A expansão das universidades federais no Brasil: Momentos e instrumentos (2000-2013). 2015.

**Motivo da exclusão: não menciona os termos buscados.**

- FREITAS, Lígia Barros de et al. A consolidação institucional do tribunal superior do trabalho (TST) na longa Constituinte (1987-2004). 2012.

**Motivo da exclusão: menciona vice-presidência de outras instituições.**

- ALENCASTRO, Maria Alice Cruz; DA SILVA, Edson Vicente; LOPES, Ana Maria D.Ávila. Contratações sustentáveis na administração pública brasileira: a experiência do Poder Executivo federal. Revista de Administração Pública, v. 48, n. 1, p. 207-236, 2014.

**Motivo da exclusão: não menciona os termos buscados.**

- MONTEIRO, Lorena Madruga. Reforma da administração pública e carreiras de Estado: o caso dos especialistas em políticas públicas e gestão governamental no Poder Executivo federal. Revista de Administração Pública, v. 47, n. 5, p. 1117-1144, 2013.

**Motivo da exclusão: não menciona os termos buscados.**

- JARDIM, José Maria. De que falamos quando falamos em políticas arquivísticas? Percepções sobre políticas arquivísticas no Poder Executivo Federal. Ciência da Informação, v. 42, n. 1, 2013.

**Motivo da exclusão: não menciona os termos buscados.**

- DA CUNHA REZENDE, Flávio. Organizações e respostas institucionais a políticas de reformas do estado: um estudo de caso na administração direta do executivo federal brasileiro. Revista de sociologia e política, n. 14, 2000.

**Motivo da exclusão: não menciona os termos buscados.**

- MELO, Carlos Alberto Furtado et al. A crise política de 2005: Causas estruturais e conjunturais que a explicam. Insper Working Paper, Insper Instituto de Ensino e Pesquisa, 2008.

**Motivo da exclusão: não menciona os termos buscados.**

## Anexo A –

PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA

☐ – JUAREZ TÁVORA

☐ – ADHEMAR DE BARROS

☐ – PLÍNIO SALGADO

☐ – JUSCELINO KUBITSCHEK

PARA VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

☐ – JOÃO GOULART (JANGO)

☐ – MILTON CAMPOS

☐ – DANTON COELHO

Primeira cédula oficial única de votação para Presidente e Vice-Presidente da República utilizada na eleição majoritária de 1955 <sup>38</sup>

---

<sup>38</sup> Fonte: acervo do Museu do TSE. In Eleições no Brasil: uma história de 500 anos. Acesso em: 09 mar. 2018.

## Anexo B –

**Para Presidente da República:**

- ☐ 13 - LULA
- ☐ 42 - MARRONZINHO
- ☐ 31 - ZAMIR
- ☐ 22 - AFIF
- ☐ 23 - ROBERTO FREIRE
- ☐ 54 - PG
- ☐ 25 - AURELIANO CHAVES
- ☐ 12 - BRIZOLA
- ☐ 43 - GABEIRA
- ☐ 16 - PEDREIRA
- ☐ 57 - MANOEL HORTA
- ☐ 26 - CORRÊA
- ☐ 33 - CELSO BRANT
- ☐ 11 - MALUF
- ☐ 45 - MARIO COVAS
- ☐ 27 - LÍVIA MARIA
- ☐ 20 - COLLOR
- ☐ 14 - AFFONSO CAMARGO
- ☐ 56 - ENÉAS
- ☐ 15 - ULYSSES GUIMARÃES
- ☐ 51 - RONALDO CAIADO
- ☐ 55 - EUDES MATTAR

Cédula eleitoral utilizada no primeiro turno da eleição majoritária de 1989 <sup>39</sup>

**Para Presidente da República:**

- ☐ 13 — LULA
- ☐ 20 — COLLOR

Cédula eleitoral distribuída pela Justiça Eleitoral, utilizada no segundo turno da eleição majoritária de 1989 <sup>40</sup>

<sup>39</sup> Fonte: acervo do Museu do TSE. In Eleições no Brasil: uma história de 500 anos. Acesso em: 09 mar. 2018.

## Anexo C –

JUSTIÇA ELEITORAL			
<b>PARA PRESIDENTE</b>		<b>PARA SENADOR</b> (ASSINALE COM X DOIS NOMES)	
<input type="checkbox"/>	45 - FERNANDO HENRIQUE	<input type="checkbox"/>	112 - JOAQUIM MESQUITA
<input type="checkbox"/>	15 - ORESTES QUÉRCIA	<input type="checkbox"/>	232 - CARLOS ALBERTO
<input type="checkbox"/>	36 - CARLOS GOMES	<input type="checkbox"/>	562 - RUI NOGUEIRA
<input type="checkbox"/>	13 - LULA	<input type="checkbox"/>	412 - LAÉLIO LADEIRA
<input type="checkbox"/>	11 - ESPERIDIÃO AMIN	<input type="checkbox"/>	122 - CAMILO CALAZANS
<input type="checkbox"/>	20 - ALMIRANTE FORTUNA	<input type="checkbox"/>	453 - SIGMARINGA
<input type="checkbox"/>	56 - ENÉAS	<input type="checkbox"/>	392 - MÁRCIA KUBITSCHKE
<input type="checkbox"/>	12 - BRIZOLA	<input type="checkbox"/>	123 - MAURO DANTAS
<b>PARA GOVERNADOR</b>		<input type="checkbox"/>	133 - LAURO CAMPOS
<input type="checkbox"/>	451 - MARIA DE LOURDES ABADIA	<input type="checkbox"/>	393 - ARRUDA
<input type="checkbox"/>	121 - PAULO TIMM		
<input type="checkbox"/>	131 - CRISTÓVAM BUARQUE		
<input type="checkbox"/>	561 - ILDEU ALVES DE ARAÚJO		
<input type="checkbox"/>	201 - CEL. JOÃO FERREIRA		
<input type="checkbox"/>	141 - VALMIR CAMPELO		

Cédula eleitoral utilizada no primeiro turno da eleição majoritária de 1994 <sup>41</sup>

<sup>40</sup> Fonte: acervo do Museu do TSE. In Eleições no Brasil: uma história de 500 anos. Acesso em: 09 mar. 2018.

<sup>41</sup> Fonte: acervo do Museu do TSE. In Eleições no Brasil: uma história de 500 anos. Acesso em: 09 mar. 2018.

## Anexo D –

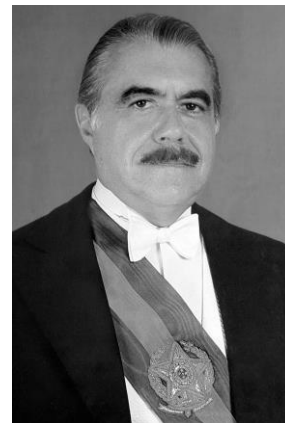
Os vice-presidentes que chegaram, ou que deveriam chegar, ao poder.



Floriano Peixoto (1891-1894)



Café Filho (1954-1955)



José Sarney (1985-1990)



Nilo Peçanha (1909-1910)



João Goulart (1961-1964)



Itamar Franco (1992-1995)



Delfim Moreira (1918-1919)



Pedro Aleixo (vetado)



Michel Temer (2016-2018)

Imagens extraídas da biblioteca da Presidência. Disponível em:  
<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/>>. Acesso em 18 abr. 2018.